

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me encontrar fortalecida e em condições de desenvolver este trabalho.

A minha família Orlando, Frederico e Esdras que suportaram a minha ausência, aos meus queridos pais Hilda Nunes Cardoso e Dorival de Assis *Cardoso in memoriam* e meus irmãos Tadeu, Edmar e Wil que sempre acreditaram no meu esforço.

Aos colegas de universidades: UNIFESP, UNIMONTE e UNISANTOS, que compartilharam muito estudo, alegrias e angústias. A Prefeitura do Município de São Vicente, em especial aos profissionais e estagiários do CREAS - POP.

Aos docentes da Universidade Federal de São Paulo –UNIFESP- Baixada Santista em especial a querida orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Rojas Acosta pelo carinho, incentivo e tanta dedicação. Preciso aqui deixar registrado que sem ela este trabalho não seria possível.

## SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS .....	7
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	8
ANEXOS .....	9
LISTA DE ABREVIATURAS.....	10
RESUMO.....	11
INTRODUÇÃO .....	12
<b>CAPÍTULO I: BRASIL CONTEXTO HISTORICO, AVANÇOS E DESAFIOS A POLITICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....</b>	<b>16</b>
1.1. A POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA .....	16
1.2 O PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA .....	28
1.3 O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE E A POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	30
1.4 CONHECENDO O EQUIPAMENTO CREAS-POP .....	37
<b>CAPITULO II: CONCEITOS CENTRAIS NA ABORDAGEM DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE .....</b>	<b>42</b>
2.1 POBREZA E VULNERABILIDADE.....	42
2.2 DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL .....	44
<b>CAPITULO III: A PESQUISA NO CREAS POP DO MUNICIPIO DE SÃO VICENTE 48</b>	
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
3.2 OS RESULTADOS DA PESQUISA.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	73
REFERÊNCIAS.....	76

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-Marco do Descobrimento em São Vicente.....	30
Figura 2- Vista da orla .....	31
Figura 3 - Quiosques da Orla .....	32
Figura 4 - Concentração de áreas de Pobreza.....	33
Figura 5 - Áreas de concentração de pobreza do município .....	34
Figura 6 - Ponte Pensil.....	36
Figura 7 - Equipamento CREAS – POP .....	37
Figura 8 - Abordagem na rua .....	38
Figura 9 - Praça Barão do Rio Branco .....	39
Figura 10 - Praça Coronel Lopes .....	40
Figura 11- Deck do Pescador na Orla.....	41

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Uso de droga.....	63
Tabela 2- Aspectos, positivos, negativos e sugestões .....	68

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Quantidade de Abordagens.....	51
Gráfico 2 - Média de abordagem de Jan/Nov aos municípes.....	52
Gráfico 3- Encaminhamentos realizados.....	53
Gráfico 4- Gênero.....	54
Gráfico 5- Faixa Etária .....	54
Gráfico 6- Etnia .....	55
Gráfico 7- Formação Educacional .....	56
Gráfico 8- Trabalho e Renda.....	57
Gráfico 9- Profissão.....	58
Gráfico 10- Enfrentamento da falta de carteira assinada .....	59
Gráfico 11- Motivos de situação de rua.....	60
Gráfico 12- Permanência na rua .....	61
Gráfico 13- Estado Civil.....	61
Gráfico 14- Número de filhos.....	62
Gráfico 15- Planejamento familiar .....	62
Gráfico 16- Tempo de Uso .....	64
Gráfico 17- Saúde .....	65
Gráfico 18- Equipamentos Públicos utilizados .....	65
Gráfico 19- Acolhimento.....	66
Gráfico 20- Qualidade do Equipamento .....	67

## **ANEXOS**

Anexo 1 - CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO VICENTE....	78
Anexo 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TLCE ....	79
Anexo 3 - ENTREVISTA PARA SER APLICADO JUNTO AO USUÁRIO DO EQUIPAMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL CREAS-POP -SÃO VICENTE .....	81
Anexo 4 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TÉCNICOS DO EQUIPAMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL CREAS-POP - SÃO VICENTE .....	89
Anexo 5 – TABELA DE PERFIL DOS USUÁRIOS.....	93

## LISTA DE ABREVIATURAS

CIAM	Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONGEMAS	Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS- POP	Centro de Referência Especial da Assistência Social da População em Situação de Rua
CREI	Centro de Referência Emergência Internação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MNPR	Movimento Nacional Da População de Rua
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PNISPSR	Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua
SENAI	Serviço de Aprendizagem Industrial
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

## RESUMO

Embora tenha-se avançado nas conquistas dos direitos da população em Situação de Rua, ainda nos deparamos com as dificuldades na efetivação das Políticas Públicas direcionadas a esse segmento da população. O preconceito da sociedade, o descaso do Estado e as dificuldades encontradas pelos técnicos em operacionalizar a Política no que diz respeito a garantir os direitos dos sujeitos como cidadãos, ainda é realidade nos equipamentos públicos quando existentes.

Este trabalho pretende, no seu primeiro capítulo fazer uma retrospectiva histórica nos rumos que a sociedade trilhou quanto à População em Situação de Rua, desde o surgimento dos primeiros indícios, passando pela Constituição de 1988, até a Política Nacional de Inclusão Social Para População em Situação de Rua - PNISPSR e analisar o Plano de Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC assim como seu processo de implantação no Centro de Referência Especial da Assistência Social- CREAS-POP no Município de São Vicente litoral de São Paulo.

No segundo capítulo, abordamos conceitos trabalhados por alguns autores sobre pobreza, vulnerabilidade e exclusão a fim de fundamentar o lugar destes sujeitos na sociedade capitalista.

Finalmente, o terceiro capítulo trata dos resultados da pesquisa realizado no processo de implementação desta política no município mencionado, onde poderá se apreciar o perfil da população, as principais dificuldade dos usuários e dos técnicos, assim como a dinâmica de atendimento na rede de serviços a essa população.

**Palavras-Chave:** pobreza, exclusão social, população em situação de rua, vulnerabilidade, subalternidade.

## INTRODUÇÃO

A inquietação pelo tema surgiu a partir de minha participação como pesquisadora de Iniciação Científica na pesquisa desenvolvida durante o processo de formação como bolsista PIBIC/UNIFESP entre 2010 e 2011, na pesquisa intitulada "O Fortalecimento das Famílias Institucionalizadas em Situação de Rua", somadas as observações realizadas durante estágio realizado no equipamento Centro de Referência Especial da Assistência Social - CREAS-POP. A proposta do trabalho que ora apresentamos procura analisar a Política Nacional Para Inclusão Social da População Em Situação de Rua - PNISPSR e sua implementação no referido CREAS - POP no Município de São Vicente.

A observação permite perceber a respeito das dificuldades encontradas por técnicos e pelos próprios usuários do serviço, que de um lado não encontram na referida Política o caminho para concretizar a cidadania e, de outro, do próprio usuário, de vencer o preconceito com vistas à saída da situação de vulnerabilidade, de reatar os vínculos familiares rompidos e de acessar as políticas sociais que lhe são direcionadas.

Desta forma entendemos que a legislação correspondente a esta política no seu Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua resumidamente, e têm como principais diretrizes:

- I – respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

No entanto, esses preceitos estão ausentes no cotidiano da ação profissional e nos equipamentos onde se materializam as políticas sociais voltadas para este segmento da população. Nesse sentido, para que os municípios possam se adequar a nova legislação será necessário o rompimento

com práticas assistencialistas, clientelistas, de favor e preconceituosas, presentes no cotidiano das relações da equipe interdisciplinar.

Cabe, portanto, enxergar ao morador de rua como produto de uma sociedade extremamente desigual e que a pobreza, neste contexto, significa para além da falta material, a falta de acesso a educação, do acesso a saúde, ao trabalho, a informação, em resumo, de políticas públicas que possam promover a cidadania<sup>1</sup>. Neste sentido o trabalho social que é desenvolvido com os moradores em situação de rua, deve proporcionar meios que facilitem a inserção destes na sociedade, no sentido de esclarecer o sujeito da sua condição e os direitos que ele possui enquanto cidadão, quais os deveres do Estado para com ele, os canais de participação para reivindicar melhores condições de vida, como acessar os serviços que lhe são direcionados, sobre a situação da sociedade em que ele se encontra inserido.

Durante os quatro meses de estágio no equipamento CREAS-POP no Município de São Vicente, nos deparamos com sujeitos em situação de ociosidade, carentes de educação, cultura e cidadania, questões fundamentais para o desenvolvimento de ações imediatas, com vistas à inserção destes sujeitos na sociedade.

Diante desse cenário pretende-se fazer uma contextualização histórica, a fim de compreender a trajetória percorrida pela sociedade em busca da cidadania.

Entender como se processa o jogo de interesses, a convivência entre Estado e o pequeno grupo que detém o poder político e econômico em uma sociedade de capital periférico dito "Emergente" que penaliza seus cidadãos com impostos, que aliena o trabalhador que é expropriado em sua força de trabalho com salários baixos e condições precárias para se desenvolver.

O título da pesquisa, "Da Subalternidade a busca da cidadania das pessoas em Situação de Rua no Município de São Vicente", escolhida propositalmente para identificar um povo que sonha com um mundo melhor e mais justo, que entende sua condição, e sobrevive com o pouco que a sociedade de consumo lhe oferece para viver, um povo subalterno em busca da cidadania.

---

<sup>1</sup> Segundo Barbalet, a palavra vem do latim *civitas* que significa que o cidadão adere às regras da cidade, o que vale dispor de prerrogativas, direitos e deveres que lhe conferem um direito a cidade.

*A categoria subalterno, legado gramsciano, por sua expressividade, e por dar conta de um conjunto diversificado e contraditório de situações de dominação, foi escolhida para nomear as classes que se inserem os usuários das políticas sociais, no contexto em estudo. A subalternidade diz respeito à ausência “de poder de mando, de poder de decisão. De poder de criação e de direção”(ALMEIDA, B.; 1990:35). A subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração e à exclusão social, econômica e política. (YASBEK, 2007:17)*

Neste sentido, após analisar a proposta contida na PNISPSR a luz do que estabelece o Plano de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, tratamos de conhecer o Município de São Vicente e o equipamento CREAS - POP na suas ações que materializam a referida PNISPSR, traçando o perfil desses usuários na busca de entender a articulação da rede socioassistencial, as principais dificuldades dos técnicos e usuários na busca da cidadania.

Pretende-se com este estudo encontrar respostas às inquietações arroladas, bem como a aproximação dos sujeitos em situação rua, entender o motivo que levou aos sujeitos entrevistados a viver na rua, quais os caminhos trilhados, as relações que se estabelecem em/na família e na comunidade, como vem se desenvolvendo desde a infância, os estudos, suas relações de trabalho, sonhos e pesadelos, e como pretende reverter à situação que se encontra, se esse é realmente o seu desejo.

Nesse sentido, a pesquisa teve por cunho a abordagem quali-quantitativa, realizada por coleta bibliográfica e desenvolvimento de leituras e exploração das fontes – entendidas estas fontes como: livros, revistas relacionadas ao tema, consultando bibliotecas especializadas, bem como a possibilidade de acesso aos prontuários dos sujeitos inseridos no Equipamento CREAS-POP.

Por outro lado, foram realizadas também entrevistas semi-estruturadas com doze usuários do equipamento de um universo de 165 atendimentos no mês de janeiro de 2013, dos sujeitos que estavam sendo atendidos na época da pesquisa e que por espontânea vontade se disponibilizaram a participar.

Foram entrevistados quatro técnicos do equipamento que responderam a um questionário o que nos possibilitou entender as principais dificuldades que proporcionará a previsão de ações integradas que possam contribuir com o trabalho.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, garantindo o sigilo das informações a colhidas e o anonimato destes sujeitos a entrevistados foram aplicados.

A sistematização e análise das informações coletadas em fontes primárias e secundárias foram realizadas com vistas a apresentar elaborações conclusivas sobre a temática da pesquisa.

No primeiro capítulo apresentamos alguns elementos de resgate histórico que nos permitirá entender, qual a dinâmica que se estabelece em nossa sociedade e a lógica da dominação sobre a população na sociedade capitalista. Aqui apresentaremos a referida PNISPSR sobre alguns aspectos que consideramos fundamentais no PNCFC e o município de São Vicente.

No segundo capítulo abordamos conceitos como pobreza e vulnerabilidade, desigualdade e exclusão que tem uma estreita relação com esta população se encontrar atualmente em situação de rua.

O terceiro capítulo trata da pesquisa de campo, a análise dos dados registrados a partir de entrevista e da análise documental. As inquietações dos usuários aqui documentadas, assim como as percepções dos técnicos que atendem no equipamento, suas práticas cotidianas, seus dilemas éticos, suas possibilidades e limites, assim como suas dificuldades impostas através dos poucos recursos do Estado mínimo proveniente do neoliberalismo.

Por último nossas considerações finais que apontam reflexões que podem contribuir com os debates teóricos relacionados à temática, onde todo os sujeitos que fazem parte desta sociedade devem ter sua participação garantida para que se possa incluir socialmente aos sujeitos nessa situação de rua.

## **CAPITULO I : BRASIL CONTEXTO HISTORICO, AVANÇOS E DESAFIOS A POLITICA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

*Vim da terra vermelha e do cafezal. As almas penadas, os brejos e as matas virgens acompanham-me como o espantalho, que é o meu auto – retrato. Todas as coisas frágeis e pobres se parecem comigo.*

Cândido Portinari, 1958<sup>2</sup>

### **1.1. A POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

As várias formas de expressão da questão social presentes em nossa sociedade no que diz respeito a tratar de população em situação de rua<sup>3</sup> e buscar soluções para enfrentar essa condição, no Brasil, é o desafio atual do Estado e sociedade. Outra constatação é a cultura da sociedade em relação a essa população mais vulnerável.

O incomodo gerado pelos sujeitos em situação de rua nas grandes cidades pela aparência, pelo cheiro, pelas péssimas condições da vestimenta, chegam a provocar o medo de quem os vêem como uma possível ameaça a integridade física.

Nesse sentido, na revisão bibliográfica buscamos encontrar registros que possibilitem entender como a academia tem tratado desta questão e, constatamos que há uma incipiente produção a respeito.

---

<sup>2</sup> Artista plástico brasileiro que em suas obras retratou as expressões da questão social no Brasil, nasceu em Brodowski (interior de São Paulo) em 29 de dezembro de 1903, e morreu em 06 de fevereiro de 1962.

<sup>3</sup> Segundo a PNISPSR sobre o conceito da população em situação de rua é: Pessoas que utilizam em um dado momento, como local de moradia ou pernoite, espaços de tipos variados, situados sob pontes. Marquises, viadutos, à frente de prédios privados e públicos, em espaços públicos não utilizados a noite, em parques, praças, calçadas, praias, embarcações, estações de trem e rodoviárias, a margem de rodovias, em esconderijos abrigados, dentro de galerias subterrâneas, metrô e outras construções com áreas internas ocupáveis, depósitos e prédios fora de uso e outros locais relativamente protegidos do frio e da exploração à violência. Os que dormem em albergues e abrigos de forma preferencial ou ocasional, alterando o local de repouso noturno entre instituições e locais de rua.

Para entendermos como chegamos à atual situação de total descaso e naturalização, é necessário lançar olhar no passado com cautela, nos fatos históricos que operaram transformações societárias. Certamente transformações seriam necessárias para mudar essa situação, porém, a decisão sobre o rumo de nossa sociedade, sempre esteve nas mãos ou sob o comando de poucos que detém o poder político e econômico.

Segundo Silva, é necessário:

*Fazer um balanço de aspectos relevantes da conjuntura, que refletem as características do capitalismo contemporâneo, isto é, o desemprego estrutural e aprofundamento das desigualdades sociais. (SILVA, 2011: 201).*

Portanto, entender o passado para a compreensão do presente é necessário, assim o que está posto é resultado do nosso modo de produção capitalista, de como a sociedade se organiza, das respostas do Estado aos anseios dos cidadãos e da sua relação com a população.

O fenômeno em análise surge no contexto do pauperismo generalizado que ocorreu na Europa ainda no século XVIII. Momento em que camponeses tinham terras produtivas e foram expropriados ao mesmo tempo em que eram atraídos pelo processo de industrialização das grandes cidades, porém não havendo trabalho para todos, alguns se submetiam a condições insalubres e precárias de trabalho. (Silva, 2011: 204).

No Brasil as transformações societárias que aconteceram, como já foi mencionado, vieram acompanhadas de uma forte presença do domínio de uma pequena parcela da sociedade que detém o poder político e econômico sobre a classe trabalhadora e dos segmentos mais pauperizados.

Nesse sentido, a questão social é o resultado do conflito capital *versus* trabalho, segundo IANNI, 1991 as lutas e as resistências que as classes operárias apresentam para tentar supera - lá. A questão social presente desde a escravidão na relação senhor *versus* escravo onde um dispõe da vida do outro e o outro em resposta apresenta o suicídio, as tocaias, as rebeliões, fuga, formação de quilombos, saques. A questão social que perpassa várias repúblicas, após o fim da monarquia e tem como características da nossa sociedade a relação de

subalternidade que o Brasil mantém com outros países, assim como o Estado trata as questões da desigualdade em determinados momentos com repressão, naturalização e, com políticas públicas ineficientes. A mesma que dependendo da época e do lugar se modifica mesclando aspectos raciais, regionais e culturais juntando aspectos políticos e econômicos. Que no desenrolar da história do país, grupos, classes, sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos promovem reivindicações, greves, protestos e revoltas.

Segundo Yamamoto, em sua obra *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche* ao descrever as particularidades da formação histórica brasileira e a relação com a questão social:

*As desigualdades que presidem o processo de desenvolvimento do País têm sido uma das particularidades históricas. O “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista, ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformá-la, no contexto de mundialização do capital sob a hegemonia financeira. (IAMAMOTO, 2008: 128)*

Como exemplo podemos aqui citar alguns movimentos que ao longo da história, lutaram em busca dos direitos pertinentes a sua época, o movimento abolicionista formado por políticos, intelectuais, poetas e romancistas, negros, pardos e libertos, o movimento republicano formado pelos segmentos mais ricos da sociedade que desejava o poder sem a presença da monarquia.

Ambos alcançaram seus objetivos, porém no caso do movimento abolicionista os escravos ficam entregues a própria sorte, sem trabalho e nem um tipo de compensação que os proporcionasse uma vida digna. O fim da escravidão no Brasil abria as portas para a República e com ela as classes conservadoras no poder.

Sobre esse período Jorge Muñoz<sup>4</sup> ao fazer um resgate histórico das políticas públicas direcionadas a população em situação de rua no Rio de Janeiro, se surpreende ao descobrir que antes de 1888 já haviam pessoas que viviam na rua, essas pessoas tinham problemas de saúde física ou mental.

---

<sup>4</sup> Pesquisador da Nova Pesquisa e Assessoria em Educação atua no Fórum Permanente de População de Rua do Estado do Rio de Janeiro.

Ainda segundo o autor, após a abolição 800 mil negros com liberdade, porém sem profissão e sem trabalho aumentaram a população de rua, tornando-a heterogênea. Este fato era propiciado porque o fazendeiro que empregasse imigrantes europeus, além de ter a passagem do imigrante paga pelo governo da província, também significava adquirir mão de obra “civilizada” (Rolnik, 1994: 96). Segundo a autora o discurso da classe dominante na Primeira República (1889-1930) era de “barbárie versus civilização” justificando o exercício cotidiano do poder.

Outros movimentos ainda conhecidos como “A Guerra de Canudos<sup>5</sup>” e a “Guerra do Contestado<sup>6</sup>” revelam um caráter político e social, ambos os acontecimentos denunciam a miséria, a opressão e a injustiça. Após a Guerra de Canudos, os combates que estavam no Nordeste ao voltarem para o Rio de Janeiro, não foram aceitos pelas Forças armadas sendo impossibilitados de incorporarem-se ao Exército. Na época como solução de moradia, lhes foi oferecido terrenos na cidade, porém a proposta não foi cumprida pelo governo do Rio de Janeiro. A solução para os combates na época foi ocupar a favela da Providência, lugar que habitavam ao chegar ao Rio de Janeiro para se prepararem para o combate.

*Historicamente, pode-se perceber que, desde o início, existe uma relação entre as conjunturas econômico-políticas e quem está na rua. Por isso, a expressão “população em situação de rua” esconde, de certo modo, a heterogeneidade desse grupo, que foi se constituindo ao longo da história, à medida que os anos passavam e a conjuntura sócio-política ia mudando também. (MUÑOZ, 2011: 219)*

Entre 1930 e 1945 foi um momento de muito controle sobre a classe trabalhadora e sobre os pauperizados por parte do Estado, na década de 40 do

---

<sup>5</sup> A Guerra de Canudos aconteceu em 1893 e 1897 na Bahia, liderado por Antônio Conselheiro. Os sertanejos se baianos se estabeleceram em Canudos, nordeste da Bahia. A comunidade tinha cerca de 30 mil habitantes, não havia propriedade privada e todos dividiam o fruto do trabalho. Os donos de terras, coronéis temendo que o grupo servisse de exemplo a outras comunidades, exigiram o fim da comunidade junto aos poderes estaduais e federais.

<sup>6</sup> A Guerra dos Contestado ocorreu em 1912 e 1916 no Paraná e Santa Catarina, tinha como integrantes sertanejos que foram expulsos de suas terras para ser construída uma ferrovia, que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul.

século XX morar ou perambular pelas ruas era considerado Contravenção Penal<sup>7</sup>, por força do Decreto Lei- nº 3688, lei revogada apenas em 2009 pela Lei nº 11.983, de 16 de julho de 2009.

A revolução de 1930 não proporcionou a participação popular, foi uma revolução feita com base em interesses de poucos que tentavam tomar o poder de um grupo que lá se mantinha desde o império.

Com a crise internacional de 1929, a situação econômica do Brasil se agravou, muitos trabalhadores desempregados em consequência das fabricas que fecharam e do café, que deixou de ser exportado. Além do desemprego no campo e nas cidades, e da fome, os trabalhadores contavam com o desamparo do Estado.

Autoritária no encaminhamento das questões sociais e econômicas, a revolução de 1930 proporcionou um desenvolvimento na infra-estrutura que proporcionou meios para que a industrialização fosse possível.

Os trabalhadores foram excluídos como força política, porém, neste período é que acontece a implantação das leis trabalhistas que antes não havia no Brasil. Toda essa mudança é necessária para que Getúlio Vargas se mantenha no poder com consentimento e apoio do povo. Outro problema que afeta a população e que tem ligação direta com o nosso tema é a moradia.

No livro São Paulo Passado e Presente As Lutas Sociais e a Cidade<sup>8</sup>, Lúcio Kowarick contextualiza alguns períodos em relação à questão da moradia, nos possibilitando entender - lá como uma forma de acúmulo de capital. O autor

---

<sup>7</sup> Lei das Contravenções Penais de 03/10/1941. Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez; Pena-prisão simples, de 15 dias a três meses. Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço se a contravenção é praticada: a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; b) mediante simulação de moléstia ou deformidade; c) em companhia de alienado ou de menor de 18 anos.

<sup>8</sup> Vários autores como: André Singer, Clara Ant, Laís Wendel Abramo, Lúcio Kowarich, Milton A. Campanário, Nabil Bonduki, Raquel Rolink, Silvio Caccia Bava e Vera da Silva Telles, organizados neste livro com artigos que tratam do desenvolvimento na cidade de São Paulo e as lutas por moradia.

mostra a forma como o Estado resolve as questões com relação ao inquilino e o proprietário, de modo que ao resolver juridicamente os problemas entre ambos, lava as mãos e deixa ao mérito de quem tem o melhor argumento, resolvendo tais questões no âmbito judicial.

É neste período que por conta do desenvolvimento que o Brasil atravessa, há muitas mudanças com relação às leis do inquilinato, à especulação imobiliária devido às empresas que se instalam principalmente em São Paulo, a higienização de cortiços, todos esses acontecimentos resultam de uma grande parcela da população que vive em condições insalubres ou pagando aluguel a preços altíssimos, com relação ao que de fato poderiam pagar referente ao salário que recebiam, sendo despejados e sem um lugar para morar<sup>9</sup>.

É na década de 60 do mesmo século que a população começa a se organizar, neste período os trabalhadores contavam com alguns direitos conquistados, houve um avanço na participação dos setores populares na condução do destino do país e neste contexto começam a aparecer alguns movimentos que reivindicavam melhores condições de vida.

Para os proprietários no campo, nas indústrias, nas cidades, para os empresários das grandes empresas estrangeiras instalados no Brasil, este quadro não era favorável. O medo era que os trabalhadores que já haviam adquirido alguns direitos se fortalecessem ainda mais.

Mais uma vez o grupo mais poderoso que detém o capital juntamente com os militares conservadores do *status quo* e uma parte da classe média aproveitando do momento entre a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, derrubam o atual governo em 1º de abril de 1964.

O período que se inicia após o golpe ocorreu algumas manifestações contra o regime militar, porém tais manifestações logo foram proibidas através do AI-5<sup>10</sup>.

O momento não era propício para lutas, pelo medo que se instalará na população de sofrer as punições impostas pelo atual governo, muitas torturas,

---

<sup>9</sup> A respeito ler “As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo, passado e presente” Lúcio Kowarich, coordenador. Ed. Paz e Terra, RJ. 1994.

<sup>10</sup> Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1969. Entre algumas proibições, constavam as atividades ou manifestações sobre assunto de natureza política.

desaparecimentos, assassinatos, marcaram o, como ficou conhecido “anos de chumbo”<sup>11</sup>.

Alguns fatos históricos antecederam o que ficou conhecida como a “Constituição Cidadã”<sup>12</sup>. Em 1978 foi extinto o AI-5 e, em 1979 declarada à anistia e centenas de exilados puderam retornar ao Brasil, neste mesmo ano o pluripartidarismo substitui o bipartidarismo imposto a partir de 1964, este fato possibilita o aparecimento de outros partidos.

A partir década de 80 com a crise econômica agravada e o movimento grevista manifestando o descontentamento com a atual situação, várias manifestações começam a surgir e entre estas as “ Diretas já”<sup>13</sup> que foi reprovada no Congresso.

Todo esse contexto permite entender as mudanças que se operam no Brasil e, que estão atreladas a decisões de um grupo oligárquico que detém o poder político e econômico, ditando às regras para que a população as cumpra.

*No País, essa transição não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada a construção de um desenvolvimento capitalista interno e autônomo. Ao contrário, ela foi e é marcada por uma forma de dominação burguesa que Fernandes qualifica de “democracia restrita”- restrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda a nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia. O País transitou da democracia dos oligarcas “à” democracia do “grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime “político democrático” (IAMAMOTO, 2008:131)*

Neste contexto, a Constituição Federal de 1988, representa um avanço em relação aos períodos que a antecederam e, é neste período que se intensifica principalmente por parte das organizações religiosas, a preocupação com a

---

<sup>11</sup> Durante a Ditadura no Brasil, o período de 1969 a 1973, foi a fase mais intensa de repressão sob o comando do Governo de General Emílio Garrastazu Médici.No país iniciava-se o milagre econômico, isto é, houve crescimento expressivo da produção nacional e por outro lado a oposição organizava-se com movimentos guerrilheiros na cidade e no campo.

<sup>12</sup> A Constituição Federal de 1988, conhecida como cidadão fundamentalmente prometia o desenvolvimento da democracia no Brasil.

<sup>13</sup> Campanha por eleições diretas para Presidente da República originou em uma emenda no Congresso. A campanha na época agitou o Brasil principalmente por que o período que antecedeu a campanha ser de muita repressão.

população em situação de rua. A sociedade passava por mudanças e a nova realidade pedia atenção do setor assistencial. Inicia-se então a discussões sobre propostas para uma política pública, que proteja os direitos do cidadão e, portanto garanta direitos sociais como saúde, previdência e assistência social.

E nesta perspectiva a Assistência Social junto com a Saúde e a Previdência passam a integrar o tripé da Seguridade Social. A Previdência mediante contribuição, a Saúde universal e a Assistência Social gratuita e estendida aos cidadãos que dela necessitam.

Acontece que a Constituição Federal de 1988, chega num momento próximo da implantação do projeto Neoliberal<sup>14</sup>, radicalizando a questão social. Segundo Iamamoto:

*De um lado, ampliam-se as necessidades não atendidas da maioria da população, pressionando as instituições públicas por uma demanda crescente de serviços sociais. De outro lado, esse quadro choca-se com a restrição de recursos sociais, coerentes com os postulados neoliberais para área social, que provocam o desmonte das políticas de caráter universal, ampliando a seletividade típica dos “programas especiais de combate à pobreza” e a mercantilização dos serviços sociais, favorecendo a capitalização do setor privado. (IAMAMOTO, 2008:148)*

E a Constituição de 1988 embora no seu conteúdo assegurasse democracia, no contexto Neoliberal de minimização do Estado perante as necessidades de população e de privatização do público, dificulta a implantação de equipamentos públicos, pela falta de recursos dificultando, também a operacionalização das políticas públicas direcionadas a população que delas necessitam.

---

<sup>14</sup> Projeto Neoliberal, defende que a economia deve ser entregue às leis do mercado. A presença do Estado inibe o setor primário e conseqüentemente o desenvolvimento. As características do neoliberalismo são: Abertura da economia por meio da liberação financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros; Amplas privatizações; Redução de subsídios e gastos por parte dos governos; Desregulamentação do mercado, para permitir novas formas de contratação que reduzam os custos das empresas.

*A crítica neoliberal sustenta que os serviços públicos, organizados à base de princípios de universalidade e gratuidade, superdimensionam o gasto estatal (Grassi ET., 1994), assim como a folha salarial dos servidores públicos. Como o gasto social é tido como uma das principais causas da crise fiscal do Estado, a proposta é reduzir despesas, diminuir atendimentos, restringir meios financeiros, materiais humanos para implementação dos projetos. (IAMAMOTO, 2008:149)*

Mesmo neste contexto neoliberal, porém em um momento propício de redemocratização pós ditadura, diversos grupos em discussão, movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, trabalhadores e profissionais liberais envolvidos com a questão dos direitos, organizações públicas e privada e, a igreja, é elaborada a construção da proposta de uma lei que proporcionasse segurança a população em situação de vulnerabilidade e exclusão.

A partir da década de 90, muitos autores começam a abordar o tema, a pesquisar e avançar nos estudos no que se refere à população de rua e a outros seguimentos mais vulneráveis da população.

Nesse sentido, podemos citar Carmelita Yasbek em *Classes Subalternas* que em sua tese de doutorado, traz a voz dos usuários da assistência e o reconhecimento sobre a sua subalternidade; Vieira, Bezerra e Rosa (organizadoras) do livro *População de Rua: Quem é? Como vivem? Como é vista?* Que documenta o resultado de uma pesquisa realizada em 1991 pela Secretária Municipal do Bem Estar Social e das entidades que trabalham com a população de rua na região central de São Paulo, na época a pesquisa levantou o perfil da população, como vivem e como são vistos pela sociedade, revelando o caráter assistencial no tratar com a população por parte das entidades. São autores que abordam o tema pobreza, exclusão, vulnerabilidade, entre outras expressões da questão social no cotidiano da nossa sociedade e particularmente sobre a população na situação de rua.

No que diz respeito à criança em situação de rua, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA aprovada em 1990, em substituição ao Código de Menores, estabelece a proteção integral a este segmento da população.

Em 2007 sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome, foi realizada uma pesquisa Nacional Censitária e por amostragem da População de Rua, que foi a base para a elaboração da Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua.

A pesquisa trouxe elementos importantes sobre o perfil desta população que pode nos ajudar a entender este universo, compreendermos a própria Política de Inclusão Social Para População em Situação de Rua e, assegurar que ela esteja sendo implantada de acordo como é previsto. Segundo a pesquisa que originou a PNISPSR a maior população de rua se encontra nas capitais e nos municípios mais populosos, por oferecerem uma maior oferta de trabalho, recursos e serviços. Neste sentido o universo ao qual se desenvolveu a pesquisa, são municípios com população igual ou superior a 300.000 habitantes, capitais e Distrito Federal.

Os municípios que já haviam realizado levantamento sobre a população de rua, como Belo Horizonte - MG, São Paulo - SP, Recife - PE e Porto Alegre - RS foram excluídos deste universo para o desenvolvimento da pesquisa, no total participaram 71 municípios entre esses 23 capitais incluindo o município de São Vicente. Segundo dados do DATASUS de 2004 foram identificados entre os municípios que participaram da pesquisa, 31.922 pessoas maiores de 18 anos vivendo na condição de rua. Se somarmos esse número aos municípios que já haviam realizado a contagem e as capitais esse número aumenta para 45.000 aproximadamente<sup>15</sup>.

Algumas questões começaram a merecer uma atenção que antes não existia, a questão do acolhimento institucional, a participação desta população em debates, fóruns e espaços públicos, a precarização do trabalho, o trabalho informal, o desemprego, são fatores que junto com a perda dos vínculos familiares, o uso de álcool e outras drogas ilícitas segundo pesquisas e estudos

---

<sup>15</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a contagem, ler PNISPSR página 9.

recentes<sup>16</sup>, são determinantes como motivos de permanência na rua e, portanto, estar exposto à violência e ao tráfico.

A Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS<sup>17</sup>, que hoje é materializada pelo Sistema Único da Assistência Social- SUAS<sup>18</sup>, demorou três anos para ser aprovada, chegando a ser vetada em 1990. O SUAS teve sua implantação apenas em 2005 e, no mesmo ano nos dias 01 e 02 do mês de setembro, aconteceu o I Encontro Nacional sobre população em Situação de Rua, que se debruçou a estudar e encontrar soluções junto ao Estado através de políticas públicas. O resultado deste encontro está expresso na promulgação da Lei 11.258<sup>19</sup>, de 30 de dezembro de 2005, que inclui no art.23º da LOAS, Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, a criação de programas de amparo as pessoas que vivem em situação de rua.

É a partir desta política que em 25 de outubro de 2006, é criado através de um decreto, o grupo de Trabalho Interministerial - GTI que tem como finalidade a criação de programas destinados a essa população nos serviços da assistência.

O GTI é composto por vários ministérios, entre eles: Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Defensoria Pública, todos os ministérios são coordenados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Lembramos aqui que esse processo contou com a participação de representantes do Movimento Nacional de População da Rua (MNPR), da Pastoral do Povo da Rua e do

---

<sup>16</sup> Sobre o assunto, a pesquisa realizada em 2007 para que a Política Nacional de Inclusão Social Para População de Rua fosse elaborada, aponta mudanças no perfil da população de rua.

<sup>17</sup> Lei aprovada em 07 de dezembro de 1993, preconiza que a gestão da Política Nacional da Assistência Social- PNAS e a organização das ações, seja em um sistema descentralizado e participativo e sua competência de responsabilidade em três níveis de governo,

<sup>18</sup> Sistema Único da Assistência Social prevê a assistência como direito, sem contribuição prévia.

<sup>19</sup> A Lei nº 11.258 altera a Lei nº 8.742 e acrescenta a esta o serviço de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e às pessoas que vivem em situação de rua.

Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social- CONGEMAS. (Brasília/ DF, 2008).

Conforme a Política Nacional da Assistência Social - PNAS, em concordância com a LOAS, os municípios devem ser os responsáveis pela implementação da política de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos previstos no referido Decreto.

A Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua- PNISPSR, foi aprovada através do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 e tem como algumas de suas diretrizes o respeito à dignidade da pessoa humana e respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência, dentre outras.

Nesse sentido, consideramos que para os municípios se adequarem, será necessário o rompimento com práticas, assistencialistas, clientelistas, de favor e com o preconceito, presentes no cotidiano das relações e na própria profissão. É necessário olhar para a história e perceber o morador de rua como produto de uma sociedade extremamente desigual e que a pobreza, neste contexto, significa não só a pobreza material, mas a falta de acesso à educação, saúde, políticas sociais que possam promover a cidadania.

Entender que o processo histórico citado acima é o resultado de uma conjuntura econômica e ideológica que trouxeram avanços tecnológicos, mas que também muita fome e miséria. (Yasbek, 2007).

Reforçando todo esse avanço, é elaborado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, que trataremos no próximo item.

## **1.2 O PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DO DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA**

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e adolescente á convivência Familiar e comunitária, aprovado pelo Conselho Nacional da Criança e do Adolescente- CONANDA, e pelo Conselho Nacional da Assistência Social – CNAS, sendo sua elaboração fruto do trabalho da Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, criada através do Decreto de 19 de outubro de 2004 pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Trata-se de um importante instrumento na garantia dos direitos da população. O Plano leva em conta toda a trajetória histórica em que percorreu a assistência, as conjunturas societárias que propiciaram à desigualdade, a exclusão, a falta de emprego e os empregos informais, gerando dificuldades com relação à família exercer no direito de exercer sua função protetiva com relação aos seus dependentes.

A ausência ou a pouca ineficiência do Estado com suas políticas pontuais, a repressão, o acolhimento e distanciamento da família como resolução de problemas estruturais, tratando a criança, o adolescente e a própria família como problema.

Neste sentido, tendo atualmente a família como centro de atenção dos programas assistenciais, o Plano de convivência vem se constituir como um resgate da cidadania como garantia de direitos constantemente violados.

No que se refere às crianças e adolescentes em situação de rua, o plano recomenda que se entenda qual a dinâmica que permeiam as relações no interior das famílias dessas crianças e adolescentes, é fundamental entender que a atual situação em que o país se encontra é favorável para o crescimento do fenômeno, a falta ou a precarização do emprego, a violência, os baixos salários, a drogadição e, a exclusão de todas as formas.

O fortalecimento das famílias se faz necessário na tentativa de reverter uma situação que atualmente é recorrente, de crianças e adolescentes vendendo doces ou pedindo dinheiro nos semáforos. Neste sentido, no desenvolvimento da pesquisa, encontramos sujeitos que tinham histórico de vida marcado por adoções, passagens em instituições de longa permanência que terminou na rua em idade adulta e sem referências familiares e comunitárias.

*O território não é apenas lugar de moradia e convivência comunitária, mas é o lugar onde a família tem possibilidade de fazer a sua vida, e esta se realiza pelo que as relações e oportunidades do território oferecem ou não, como sua condição social. (CARVALHO, 2004:17)*

Segundo Castel (1998), existem zonas de vulnerabilidades, isto é, o indivíduo encontra-se protegido se possui vínculos familiares e trabalho, caso falte um destes vínculos apresentados, ele está beirando as zonas de vulnerabilidade e se lhe falta os dois vínculos ele entra em um processo que o autor chama "desfiliação" social.

É necessário o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários principalmente *"pelo conhecimento dos laços, redes e equipamentos sociais existentes no território, e que a política da assistência social deve ser uma política preventiva da proteção social dos brasileiros, isto é, proteção social na seguridade social (saúde, previdência e assistência social)". (ACOSTA, A.R, 2011:8).*

Nesse contexto, nos propomos a conhecer a problemática referida no município de São Vicente, litoral de São Paulo, mais especificamente no equipamento do Centro de Referência Especial de Assistência Social para População de Rua - CREAS POP.

### **1.3 O MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE E A POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

São Vicente, Município situado no Litoral de São Paulo, cujo acesso é permitido pelas rodovias Anchieta e Imigrantes, esta última inclusive alcança diretamente o município, que é ligado a outros municípios vizinhos como Santos, Cubatão, São Bernardo do Campo ao norte e nordeste. Devido a sua extensão e forma limita-se ao sul e sudeste com Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém sendo estes últimos banhados pelo Oceano Atlântico.

**Figura 1-Marco do Descobrimento em São Vicente**



Foto de Tadeu Cardoso, 2012.

Segundo o censo de 2010, a população do Município de São Vicente é de 316.324 habitantes, porém na temporada de verão, este número aumenta por causa de turistas e pessoas que vem em busca de empregos, devemos aqui

mencionar que a principal atividade econômica do Município é o comércio. Devido à distância para capital ser de 71 km é facilmente acessada diariamente por pessoas vindas de outros estados.

**Figura 2- Vista da orla**



Foto de Andriara Pereira, 2013

Os motivos da chegada a São Vicente segundo os próprios entrevistados durante a pesquisa são diversos, chegam com propostas de trabalho que muitas vezes não são cumpridas por parte do empregador ou se deparam com as dificuldades encontradas na Capital, no que diz respeito à qualificação, escolaridade, alto custo do aluguel, entre tantos problemas, procuram o litoral com a intenção de conseguir trabalho na informalidade em quiosques e bares ao longo da praia; ou apenas vem para conhecer as belas praias e acabam ficando sem um local para se abrigar.

**Figura 3 - Quiosques da Orla**



Foto de Andriara Pereira, 2013

Embora a principal atividade econômica do município seja o comércio e o turismo por conta das belas praias, o município de São Vicente tem um histórico habitacional que não se diferencia do restante do país. A partir da década de 70 do século passado, o município teve um acréscimo na sua população e áreas que pertenciam à união, foram ocupadas dando origens a vários tipos de ocupações formando favelas em vários pontos do município.

As construções irregulares aumentaram e atualmente os bairros que apresentam uma situação de alto grau de vulnerabilidade, favelas ou construções precárias são: Dique do Meio, Avenida Brasil ( México 70), Saquaré, Avenida Eduardo Dias Coelho, Rua Carmem Miranda, Sá Catarina, Núcleo Eduardo Souto, Vila Margarida, Matteo Bei, Planalto Bela Vista e alguns pontos da área continental do município.

**Figura 4 - Concentração de áreas de Pobreza**



Fonte: Arquivo SEHAB/PMSV, 2012

Outros problemas atingem a população de São Vicente, tais como baixo grau de instrução, desemprego, empregos informais, baixos salários, alto custo de vida se levar em conta o valor do salário do trabalhador.

As péssimas condições de vida marcam a vida das pessoas que habitam em lugares insalubres da favela, em 1994 uma epidemia de cólera que atingiu o país deixou um saldo de 34 casos confirmados da doença com 04 mortes em uma das maiores favelas do município conhecida como México 70.

**Figura 5 - Áreas de concentração de pobreza do município**



Fonte: Arquivo SEHAB/PMSV, 2012

A primeira intervenção no local pela administração do Município, junto ao Governo do Estado, foi em 1995, porém o processo de ocupação irregular continua a crescer devido às condições econômicas precárias, decorrentes da falta de emprego, o empobrecimento generalizado, a falta de instrução que impede de aspirar uma situação empregatícia melhor, todos esses fatores colaboram para que os moradores que participam dos programas habitacionais, ao serem “contemplados” com as unidades habitacionais, encontrem na venda da casa e retorno aos barracos de origens um meio de sobrevivência mesmo que por pouco tempo com a quantia conseguida pela sua unidade.

Evidentemente, todos esses problemas refletem negativamente na vida da população e daqueles que vivem com os mínimos necessários dependendo, portanto, das políticas públicas que se apresentam como a maneira de sobreviver.

Neste contexto de pobreza as famílias ainda contam com a violência que se faz presente através da pouca efetividade das políticas públicas, do descaso do Estado, com a presença do tráfico, com escolas sucateadas que não oferece

condições das crianças e adolescentes se desenvolverem com dignidade, com as violações constantes na questão da habitação, cultura, saúde, alimentação, enfim com todas as violações possíveis que acabam por vulnerabilizar as famílias e enfraquecer os vínculos. Muitos membros das famílias acabam ganhando a rua como opção após envolvimento com o álcool ou as drogas ilícitas, outros motivos também estão presentes como o desemprego, e o conflito familiar. Exigindo do município respostas que atendam essa população em suas necessidades imediatas e para além delas. Cabe ainda, contextualizar que o município de São Vicente, atualmente tem instalado três casas de acolhimento, com capacidade para aproximadamente trinta acolhimentos, sendo que um deste equipamento atende no segmento criança e adolescente.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS tem estabelecido dentre seus planos de ação a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS nos municípios de todo o território Nacional, a partir de 2005. Nesse sentido, o processo de implantação no município de São Vicente oferece a instalação de cinco unidades de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS<sup>20</sup> e três unidades do Centro de Referência Especial de Assistência Social - CREAS<sup>21</sup> instalados em uma região de fácil acesso, no Centro.

Por outro lado, a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua prevê para sua implantação a criação de um Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento - CIAM que tenha como integrantes representantes da sociedade civil que representem os interesses desses sujeitos aviltados nos seus direitos de cidadãos.

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República tem definido como suas atribuições o trabalho coordenado com os Ministérios de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Justiça; Ministério da

---

<sup>20</sup> Porta de entrada dos usuários a rede de proteção básica do SUAS que tem como objetivo prevenir situações de risco, por meio de desenvolvimento de potencialidade e aquisições do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

<sup>21</sup> Destinados a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou ameaçados. Mantém estreita interface com a garantia de direitos, exigindo, portanto uma rede compartilhada com o poder público e outros órgãos e ações do executivo.

Saúde; Ministério da Educação; Ministério das Cidades; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério dos Esportes; e o Ministério da Cultura.

Os fóruns também trabalham no processo de implementação intersetorial, embora o que precisamos saber é se na prática, isto é, nas ruas e nos locais onde é atendida essa população os princípios, diretrizes e ações estratégicas estão presentes no cotidiano dos técnicos que operacionalizam a Política Nacional para Inclusão Social de Pessoas em Situação de Rua e os meios de proporcionar os direitos a essa população que se faz presente através da porta de entrada do SUAS.

**Figura 6 - Ponte Pensil**



Foto de Andriara Cardoso, 2013.

#### 1.4 CONHECENDO O EQUIPAMENTO CREAS-POP

O Centro de Referência Especializado da Assistência Social- CREAS - POP está localizado na Rua Capitão Mor Aguiar, 436 – Centro, no Município de São Vicente, litoral de São Paulo. A equipe profissional conta atualmente com três Assistentes Sociais, sendo que um exerce cargo de coordenação; dois Psicólogos; dois coordenadores de Sessão, sendo um para cada turno e cada qual com sua equipe de aproximadamente três operadores sociais; dois funcionários responsáveis pela administração e duas cozinheiras, sendo uma para cada turno.

**Figura 7 - Equipamento CREAS – POP**



Foto de Andiará Cardoso, 2013

Baseada na Política Nacional de Assistência Social - PNAS sobre a Proteção Social Especial<sup>22</sup>, que estabelece a necessidade de trabalho destinado a usuários em situação de rua que necessitam de um tempo maior para se organizarem em busca de um projeto de vida, viabilizando condições de referência, identidade e inclusão na sociedade enquanto sujeitos de direitos, o equipamento pode se necessário encaminhar o usuário para as casas de acolhimento do município.

No ano de 2009 segundo a Prefeitura do município, dados registram 109 pessoas que efetivamente estão em situação de rua, esse número cresce a cada ano. A demanda do CREAS - POP geralmente é proveniente do município, de outros municípios, de ordem judicial ou por encaminhamentos da rede. Segundo os técnicos os locais de maior concentração de pessoas em situação de rua são as Praças Coronel Lopes (Conhecida como Praça do Correio), a Praça Barão do Rio Branco, a Orla da Praia e os quiosques ao longo da praia.

**Figura 8 - Abordagem na rua**



Fonte: cedida pelo equipamento CREAS-POP, 2012

<sup>22</sup> Quanto aos usuários do Centro de Referência Especial de Assistência Social- CREAS, define que são destinados a famílias e indivíduos cujos direitos tenham sido violados e/ou ameaçados. Mantém estreita interface com a garantia de direitos, exigindo, portanto uma rede compartilhada com o poder público e outros órgãos e ações do executivo.

O CREAS- POP é um equipamento que funciona 24h e atende moradores de rua ou em situação de rua<sup>23</sup>. Após primeiro atendimento, acolhida e preenchimento do prontuário, o usuário pode ser encaminhado aos equipamentos da rede como hospital, família, casa de acolhimento, casa de recuperação.

O usuário também pode ser encaminhado a atendimentos diversos como: saúde, educação, documentação, cursos profissionalizantes, empregos, Organização Não governamental – ONGs.

A demanda do CREAS- POP é composta geralmente por usuários com baixa escolaridade sem qualificação profissional, ausência de respaldo familiar, histórico de dependência química, problemas na área da saúde, desemprego; mães com filhos ou gestantes, com histórico de prostituição ou dependência química, sem condições de manutenção da família associado à recessão e desemprego; idosos com histórico de alcoolismo, sem respaldo familiar e problemas pertinentes a própria condição de ordem física e mental.

**Figura 9 - Praça Barão do Rio Branco**



Fonte: cedido pelo equipamento, 2012.

<sup>23</sup> Entendemos aqui o morador de rua aquele que vive na rua e em situação de rua aquele que por algum motivo está na rua temporariamente que pode ser por despejo, desemprego entre outros motivos.

No que diz respeito à permanência no equipamento, não existe um período pré estabelecido para desligamento do usuário, pois deve ser levado em conta às particularidades de cada situação que se apresente.

**Figura 10 - Praça Coronel Lopes**



Foto Andiará Pereira, 2013

O CREAS- POP enfrenta dificuldades diversas como: a falta de uma casa de convalescência para atender os moradores mais debilitados ou alguma deficiência; falta de residências terapêuticas para usuários com sofrimento mental conforme preconiza a lei que criou os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS; a falta de comprometimento da saúde em não dar o respaldo necessário que o usuário necessita.

*Garantia da atenção à saúde das pessoas em situação de rua e adequação das ações e serviços existentes, assegurando a equidade e o acesso universal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), com dispositivos de cuidados interdisciplinares e multiprofissionais; (BRASÍLIA, 2008: 23)*

Todos os itens mencionados estão previstos na Política de Inclusão Social e sem eles o trabalho do equipamento torna-se ineficaz. Neste sentido se faz necessário que a saúde por meio do SUS, proporcione aos usuários a qualidade no atendimento e a continuidade do tratamento através do Programa “ Agente de Rua” com acompanhamento psicológico, monitoramento, supervisão técnica do trabalho, bem como a ampliação do trabalho com pacientes com transtorno mental, ampliação e garantia aos serviços de saúde bucal previsto na PNISPSR no que diz respeito a saúde.

**Figura 11- Deck do Pescador na Orla**



Foto: Andiana Pereira, 2013

Aprecia-se na imagem acima, o amplo uso do espaço público usufruído por estes sujeitos vulnerabilizados pela sociedade.

## **CAPÍTULO II: CONCEITOS CENTRAIS NA ABORDAGEM DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE**

*Aos homens honestos, aos brasileiros sinceros, aos patriotas de fato é que falo, para que analisem tal assunto com frieza.* Candido Portinari, 1944<sup>24</sup>

### **2.1 POBREZA E VULNERABILIDADE**

Segundo alguns estudos dessas categorias conceituais como YAZBEK (2007) afirma que “a pobreza é abordada aqui como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria”.

Nesse sentido, para a autora a pobreza em nossa sociedade é produzido e reproduzido não só no plano econômico, mais no político e inclusive no cultural, quem é pobre, é pobre de tudo e já tem o seu lugar definido na sociedade.

A população pobre nas cidades geralmente vive em bairros periféricos por causa do alto custo do aluguel e devido aos baixos salários em que se submetem a receber por jornadas extensas de trabalho, muitas vezes em condições precárias, sem carteira assinada. O desânimo e o cansaço e muitas vezes a condição econômica não permitem a esse indivíduo qualificar-se, tornando-se mais difícil aspirar por uma condição melhor.

As escolas públicas estão sucateadas, as salas de aula com um número de alunos que excede o que o professor pode dar conta, sem material e condições físicas para trabalhar, o professor desanima e o aluno tende a reproduzir a mesma vida que seus antecessores trilharam.

As crianças e adolescentes não tem acesso a cultura seja por situação econômica ou tempo escassa, muitos trabalham para ajudar a manter a família. (MELLO apud BADER, 2010:131/132).

Sem perspectiva de uma vida melhor, infelizmente alguns acabam entrando para o crime em busca de condições melhores de sobrevivência. A

---

<sup>24</sup> Ao terminar a série Retirantes pela categoria Arte Brasileira.

violência está presente em nosso cotidiano e na vida das famílias pobres de uma forma mais explícita, o álcool, as drogas, a gravidez indesejada, a violência institucional em que estas famílias estão submetidas, muitas famílias tem filhos que cumprem medidas de proteção, ou em acolhimento institucional.

As ações fragmentadas, de auxílio paliativo, de socorro rápido que não avança na construção de uma vida mais digna, tende a manter essa população exatamente no mesmo lugar, e como observa Yasbek (2007) o pobre vive em um universo marcado pela subalternidade, pela revolta silenciosa, pela humilhação, pela fadiga, pela crença na felicidade das gerações futuras, pela alienação, pela resistência e pelas estratégias para melhor sobreviver, apesar de tudo.

Deste modo a pobreza traz consigo situações que deixam um grupo ou individuo vulneráveis, na medida em que não se tem acesso a bens de serviços, a educação, a saúde, o salário que hoje privilégio de poucos, não supre as suas necessidades fundamentais e muito menos provêm a de sua família, tornando-o vulnerável. Por vulnerabilidade entendemos:

*um somatório de situações de precariedade, para além das precárias condições socioeconômicas (como indicadores de renda e escolaridade ruins) presentes em certos setores censitários. São considerados como elementos no entendimento da privação social aspectos como a composição demográfica das famílias ali residentes, a exposição à situação de risco variado (como altas incidências de certos agravos a saúde, gravidez precoce, exposição à morte violenta etc.) precárias condições gerais de vida e outros indicadores. (Centro de Pesquisas da Metrópole, apud YASBEK, 2004).*

Desta forma, as políticas públicas precisam ser eficientes e capaz de investir e incentivar a qualificação, retorno ao mercado de trabalho, qualidade na educação para essa geração e para as futuras, com perspectiva de uma sociedade mais igualitária, acesso a cultura a esporte, e um novo olhar de quem operacionaliza as políticas públicas, tratando-as como direito e não como favor.

## 2.2 DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

A desigualdade é fruto das sociedades capitalistas que vivem do acúmulo da força de trabalho exercido pelo trabalhador, em que, quem ganha é o dono dos meios de produção. Nesta dinâmica perversa o trabalhador não acumula, por que não recebe como salário, o que realmente produziu. Desta maneira, ele mantém a sociedade capitalista em funcionamento. Por isso as sociedades capitalistas são desiguais, acumulam riquezas que não são distribuídas com igualdade.

*Deste modo, objetivado em instituições com seus programas e projetos, o Estado apóia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, intervindo tanto na viabilização do processo acumulativo como na reposição das classes subalternas. (YASBEK, 2007:38).*

Em concordância com Yasbek, as políticas públicas são respostas do Estado às expressões da questão social, que tem seu desenvolvimento no capitalismo que favorece uma questão econômica de formação estrutural excludente. A desigualdade é inerente e necessária ao sistema capitalista. O que ocorre é que a própria dinâmica perversa acontece com o aval do Estado. Ele interfere nas relações por meio das políticas sociais na tentativa de amenizar os conflitos, proporcionando meios através dos programas e projetos e serviços públicos, para que o capitalismo possa se desenvolver.

Acontece que o mesmo sistema que produz riqueza produz também a pobreza e esta última traz consigo a vulnerabilidade aos indivíduos, pela falta da escolaridade, pelo desemprego, pela falta de acesso aos serviços públicos de qualidade, pelos baixos salários, enfim pelo número de privações que ela proporciona. A exclusão está atrelada a todas estas situações, em que o indivíduo não acessa e cada vez mais se distancia dos bens socialmente produzidos.

Segundo Wanderley (2010) atribui-se o termo exclusão a Lenoir<sup>25</sup>, que na década de 70, afirmou que a exclusão não era um fenômeno de ordem individual e sim social, cujo princípio está no funcionamento das sociedades modernas do século passado e que o termo exclusão é resultante do funcionamento da sociedade e ainda aponta que suas causas são:

*...o desordenado processo de urbanização, a inadaptação e uniformização do sistema escolar, o desenraizamento causado pela mobilidade profissional, as desigualdades de renda e de acesso aos serviços. (WANDERLEY, 2010:16)*

A exclusão está presente no nosso cotidiano, no morador de rua, nos chamados “marginais”, no egresso, no adolescente que não tem acesso a educação, no adulto desempregado. E como Lenoir definiu em 1974, a exclusão não está restrita apenas a uma classe social como o proletário, mas se estende a toda a sociedade.

*“Na verdade, existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas. Os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado e de suas trocas, mas, de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural” (WANDERLEY, 2010:17).*

Para uma sociedade que traz no seu desenvolvimento a desigualdade, que a riqueza produzida é distribuída de forma injusta, que, a miséria e o acúmulo de riquezas caminham paralelamente, não tem outro caminho a trilhar que não seja levar aos sujeitos nessa situação de "sobrantes" da sociedade, dependente da boa vontade de um Estado regulador. Entendemos, portanto que as políticas sociais voltadas para este público alvo foram criadas para atender a essas demandas emergentes da sociedade.

---

<sup>25</sup> René Lenoir, foi homem sensível a questão social e suas teses procedem do pensamento liberal, muito criticado pela esquerda, abordou a exclusão como fenômeno social e não individual, ou seja, característico do funcionamento da sociedade.

Conforme referencial teórico dos estudiosos mencionados, esta situação se apresenta nos sujeitos entrevistados, pois percebemos que a maioria tem um histórico de pobreza, de falta de acesso aos bens produzidos, de baixa escolaridade, de falta de oportunidade por falta de qualificação, outros foram pessoas que tinham trabalho e uma vida simples, mas ao perderem seus empregos e com filhos para sustentar, se tornaram vulneráveis e hoje participam de quadro social que acabamos de desenhar que é a exclusão.

### **2.3 MÍNIMOS SOCIAIS PARA GARANTIA DAS NECESSIDADES BÁSICAS**

*A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e de sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS COMENTADA, 2009:6)*

A LOAS em seu artigo 1º quando preconiza o provimento dos mínimos para atendimento das necessidades básicas, respeitando assim a Constituição Federal de 1988. Discorre os dois conceitos como se fossem iguais, sinônimos, isto é, iguala um direito e neste caso o mínimo a outro que seria o básico, nivelamos como se fossem o mesmos, como se na vida da população fizessem ao serem satisfeitos, o mesmo efeito. Mas o que é mínimo? O que é básico?

Neste contexto de direitos para suprir as necessidades dos usuários da assistência e, portanto das políticas sociais, qual o resultado que se apresenta na satisfação de ambos?

Para Pereira, 2002, os conceitos mínimos e básicos se diferem, se contradizem, se contrapõem. O mínimo significa o menor, suprir os mínimos para a autora é beirar os patamares da desproteção social, enquanto que suprir as necessidades básicas é proporcionar melhorias na condições de vida dos usuários.

*Assim enquanto o mínimo pressupõe supressão ou cortes de atendimentos, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto o mínimo nega o “ótimo” de atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao ótimo. (PEREIRA, 2002:26)*

Neste sentido, ainda segundo a autora, há uma contradição no próprio texto da LOAS, ao supor que ao satisfazer o mínimo, a satisfação do básico se concretiza. Portanto é necessário que para a garantia dos sujeitos atendidos nos espaços públicos, isto é, nos equipamentos em que são materializadas as leis pertinentes a população usuária da assistência social, as necessidades atendidas passem do mínimo para o básico, pois os direitos fundamentais são concretizados através das políticas sociais e, portanto, na oferta de serviços, programas e projetos que potencialize as condições materiais necessárias ao pleno desenvolvimento humano.

A seguir, apresentaremos dados da população em situação de rua, objetos de pesquisa deste estudo.

### **CAPITULO III: A PESQUISA NO CREAS POP DO MUNICIPIO DE SÃO VICENTE**

*Estou com os que acham que não há arte neutra. Mesmo sem nenhuma intenção do pintor, o quadro indica sempre um sentido social* Candido Portinari, 1947<sup>26</sup>

#### **3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O projeto de pesquisa, enquanto essa condição, foi submetido a algumas ações que seguem

a) Solicitação de autorização junto a Secretaria de Assistência Social para a realização da pesquisa, a Secretaria de Assistência representada aqui pela coordenadora de média complexidade Sra. Denyse Brandão, permitindo nosso acesso ao equipamento para o desenvolvimento da pesquisa.

b) A autorização da Plataforma Brasil, para a realização de coleta de dados;

c) Leitura dos cadastros e entrevistas junto aos técnicos do equipamento com fins de aproximação e apropriação da realidade vivida institucionalmente pelos usuários, que foram objetos desta pesquisa;

d) Leituras e fichamentos de textos indicados em projeto inicial, de conformidade a proposta do desenvolvimento deste documento, foram muitos textos lidos, refletidos e discutidos. Artigos em que os autores abordam metodologias empregadas no trabalho social realizado com a população em situação de rua, a própria composição heterogênea dos sujeitos que se apresenta de acordo com as necessidades impostas pela própria sociedade, o desafio das políticas públicas no enfrentamento da questão social, as relações familiares, enfim diversos temas envolvendo situação de rua;

e) Elaboração do roteiro de entrevista, com as perguntas que nos ajudasse a chegar ao perfil dos usuários bem como seu passado e perspectivas de futuro;

---

<sup>26</sup> Quando ativista do Partido Comunista Brasileiro.

- f) Aplicação de entrevista teste;
- g) Realização das entrevistas com os usuários e técnicos;
- h) Sistematização e análise dos dados coletados em fontes primárias e secundárias.

Durante todo este processo da pesquisa, foram realizadas orientações para apropriação do objeto de pesquisa, escolha de bibliografia e metodologias, esclarecimentos / impressões que envolviam as atividades de campo quando da respectiva coleta de dados.

Por outro lado, preparamos uma agenda para a realização das entrevistas aos usuários do equipamento e leitura dos prontuários.

A partir do mês de janeiro de 2013 a coleta de dados foram completados, tanto de fonte primária como secundária, foram sistematizados e a partir de fevereiro procedemos à análise das entrevistas subsidiados no conhecimento da realidade e leituras realizadas. A leitura dos prontuários foi realizada durante a primeira quinzena do mês de novembro de 2012.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, ocorreram imprevistos que alteraram o resultado que pretendíamos alcançar na época do projeto como:

- O número reduzido de abordagens e conseqüentemente de atendimentos, devido à mudança da equipe que administra o município, em conseqüência das eleições municipais. Este fato diminuiu o número de trabalhadores no equipamento, muitos trabalhadores contratados foram desligados;
- A intenção era entrevistar um universo de 10% dos atendimentos, porém muitos usuários não participaram da pesquisa, muitos por medo que a pesquisa fosse revelada e, segundo eles sofressem possíveis “punições”, a pesquisa foi finalizada apenas com 7% de entrevistados.
- O roteiro de entrevista aos usuários ficou muito extenso gerando cansaço e irritabilidade aos entrevistados;
- O questionário dos técnicos poderia ser mais explorado em algumas questões como o funcionamento da rede, a PNISSPSR entre outras questões.

### 3.2 OS RESULTADOS DA PESQUISA

Para análise da pesquisa de um estudo de caso, utilizamos as informações de pesquisa realizada no equipamento por Técnicos e estagiários, durante o mês de janeiro a novembro de 2012. O questionário foi aplicado aos técnicos e usuários do equipamento no início do mês de janeiro e contou com a participação de 12 usuários em um universo de 165 atendimentos referentes ao mês de janeiro de 2013. Quanto aos técnicos, foram entrevistados os quatro técnicos que atendem atualmente no equipamento. Cabe aqui para efeito de informação complementar que os usuários entrevistados foram indicados pelos técnicos do equipamento.

Ao conhecer os usuários e técnicos do equipamento foi necessário preservar as suas identidades por isso fizemos uma análise coletiva. Foram entrevistados usuários que estão em situação de rua e que utilizam os serviços do equipamento CREAS-POP para higiene pessoal, alimentação e pernoite. Os técnicos entrevistados atendem a população em situação de rua, fazem encaminhamentos diversos, providenciam documentação e, acompanhamento técnico desde o usuário permita. Utilizamos como modelo de estruturação e análise a própria PNISPSR no que diz respeito a:

1. Gênero, faixa etária e etnia;
2. Formação educacional/ trabalho e renda;
3. Motivos da situação de rua;
4. Estado civil/ número de filhos;
5. Saúde;
6. Equipamento;
7. Os usuários do equipamento;
8. Técnicos.

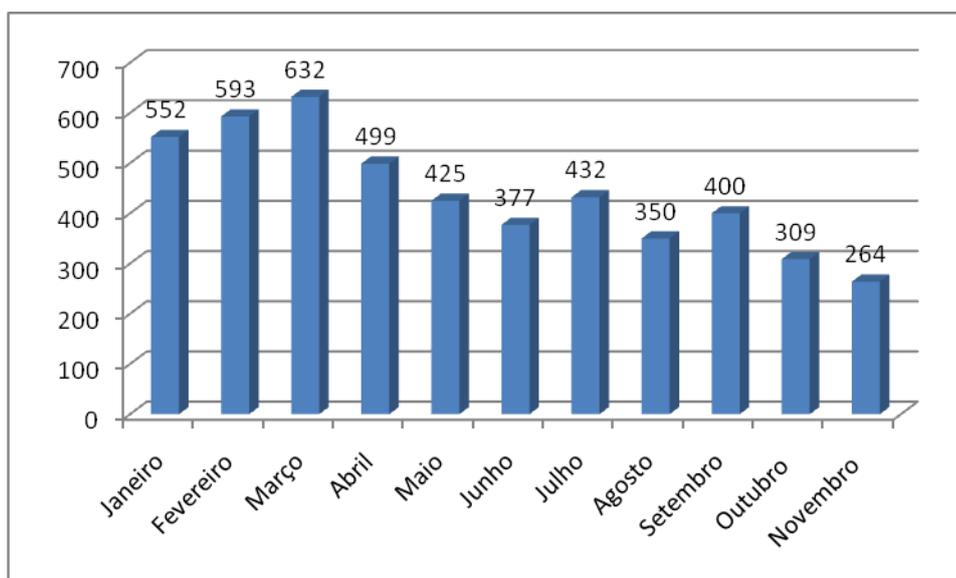
Quanto aos técnicos, os questionamentos seguiram com perguntas que nos ajudasse a entender a ação profissional, quais as principais fragilidades e

potencialidades deles e do equipamento enquanto que garantidor dos direitos da população usuária.

Para entendermos a dinâmica do referido equipamento CREAS - POP, cabe aqui contextualizar que entre os meses de janeiro e novembro de 2012, foram abordadas uma média de 439 pessoas a cada mês, registrando que há meses de maior e de menor concentração de pessoas nas ruas e, portanto maior ou menor demanda para o equipamento..

O gráfico abaixo mostra a distribuição das abordagens durante os meses e a heterogeneidade na quantidade de abordagens, finalizando novembro com um número de abordagens abaixo de 50% em relação ao mês de janeiro. Este fato pode estar relacionado aos meses de maior movimentação de pessoas no município proveniente de férias e conseqüentemente um número elevado de turistas aquecendo o comércio e, a venda de produtos na praia, aumentando o movimento dos quiosques ao longo da orla e atraindo pessoas de outras cidades que vem na esperança de conseguir um meio de desenvolver algum tipo de atividade que lhes garanta o sustento.

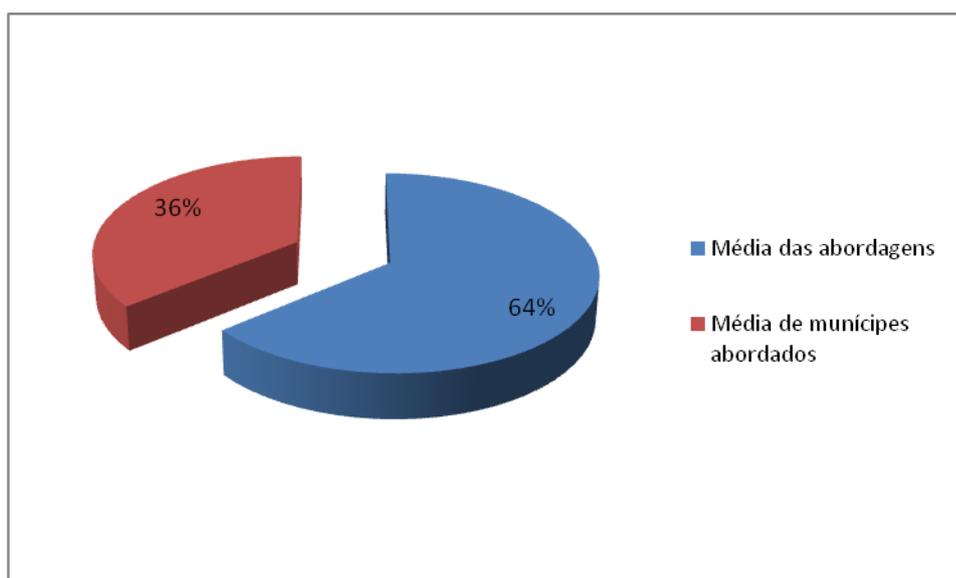
**Gráfico 1- Quantidade de Abordagens**



O fato interessante que aparece na pesquisa é o número elevado de munícipes com características de pessoas em situação de rua, que são

abordados diariamente. Este fato pode estar relacionado à falta, flexibilização ou a informalidade presentes na contemporaneidade das relações do trabalho ou ao próprio preconceito enraizado nas relações que discrimina o negro, o pobre, o morador de rua, o morador da favela, o morador da periferia, aquele que não tem poder de compra, pois reunir tais condições é requisito básico para se viver em uma sociedade de consumo, ou a própria conjuntura que empurra para rua pessoas que tinham um emprego e, portanto tinham condições de pagar um aluguel, manter a própria família em segurança e ao perderem o emprego e conseqüentemente o enfraquecimento dos vínculos vão para as Ruas como última opção.

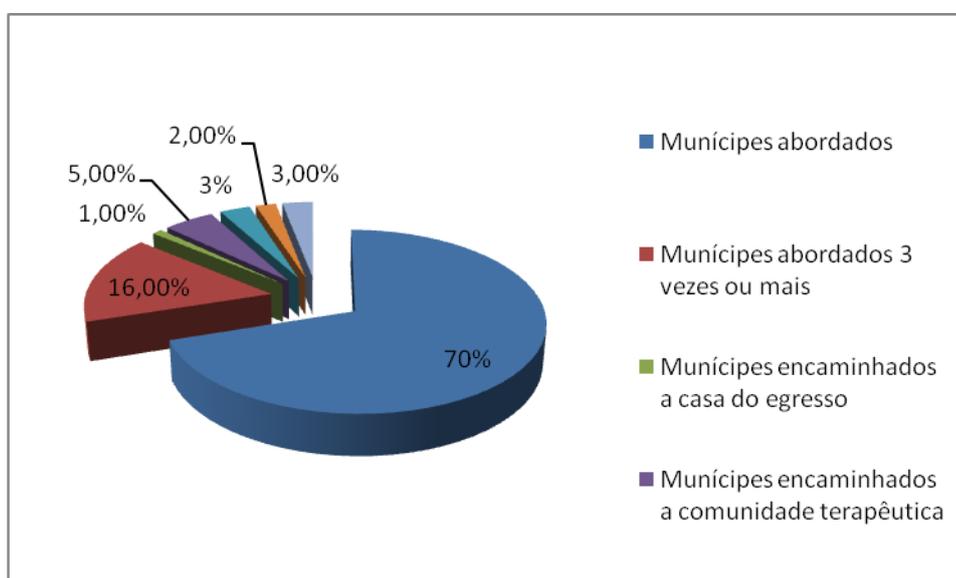
**Gráfico 2 - Média de abordagem de Jan/Nov aos Municípes**



Destas pessoas abordadas, mensalmente, 165 são municípes e entre municípes, 16,6% deles foram abordados mais de três vezes no mês. Nem todos os abordados, passaram por atendimento técnico, a abordagem pode ser proveniente de denúncias de municípes que se incomodam com a presença dessas pessoas que estão em situação de rua ou pela própria ação da equipe de acolhimento que aborda a pessoa em situação de rua com a intenção de oferecer os serviços do CREAS-POP.

Dos municípios abordados que passaram por atendimento técnico ao longo destes meses citados, a média mensal é de 3% encaminhamentos a instituição de acolhimento de longa permanência, 2,4% retornam mensalmente ao convívio familiar, 0,6% apenas em média mensalmente conseguem alugar um lugar para morar, 5,4% são encaminhados a comunidades terapêuticas, 1,2% são os encaminhamentos a casa do egresso mensalmente e 3,6% acabam retornando as ruas todos os meses.

**Gráfico 3- Encaminhamentos realizados**



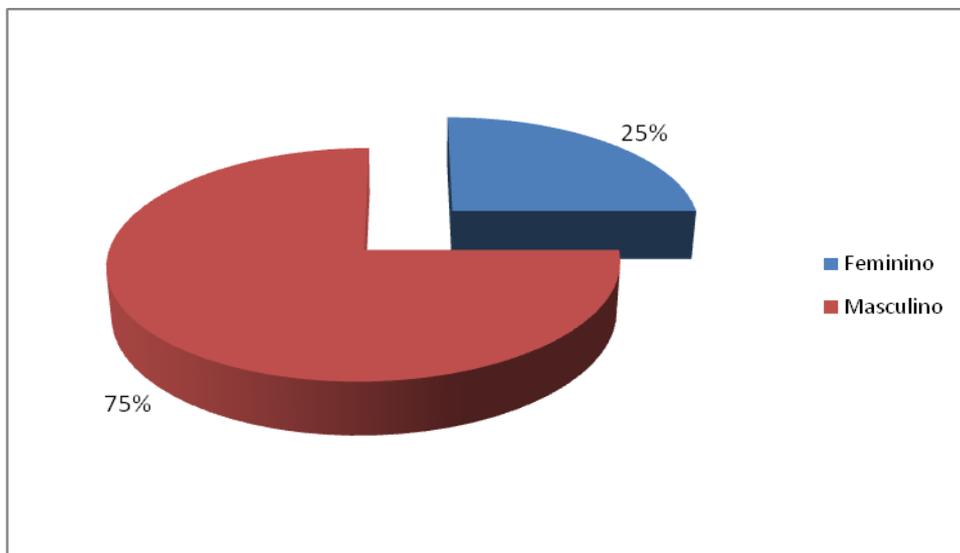
A seguir apresentados dados sistematizados a partir da pesquisa no que diz respeito ao perfil do usuário em:

### **1) Gênero, faixa etária e etnia**

As entrevistas foram realizadas com nove usuários do sexo masculino e três do sexo feminino, confirmando a informação na PNISPSR sobre a população

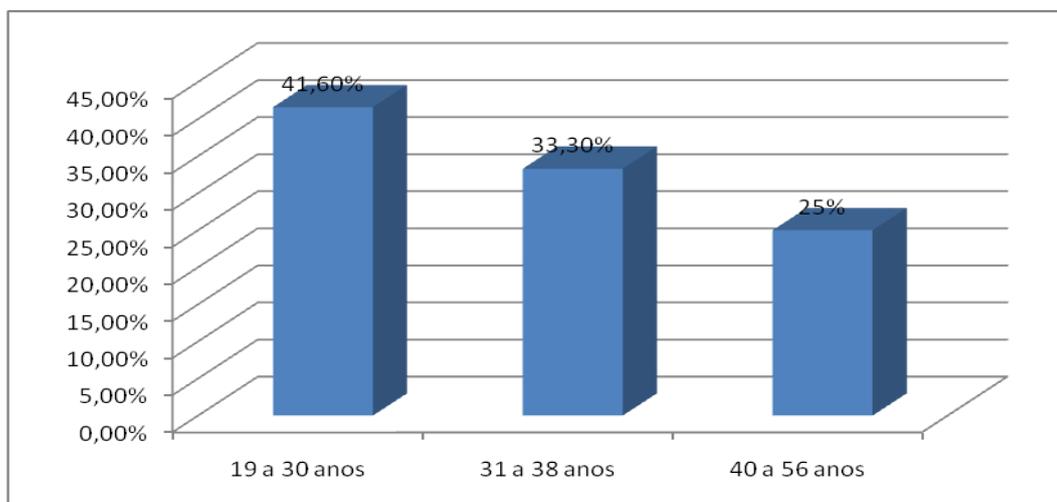
masculina predominar na situação de rua. O número de mulheres representa 25% dos entrevistados

**Gráfico 4- Gênero**



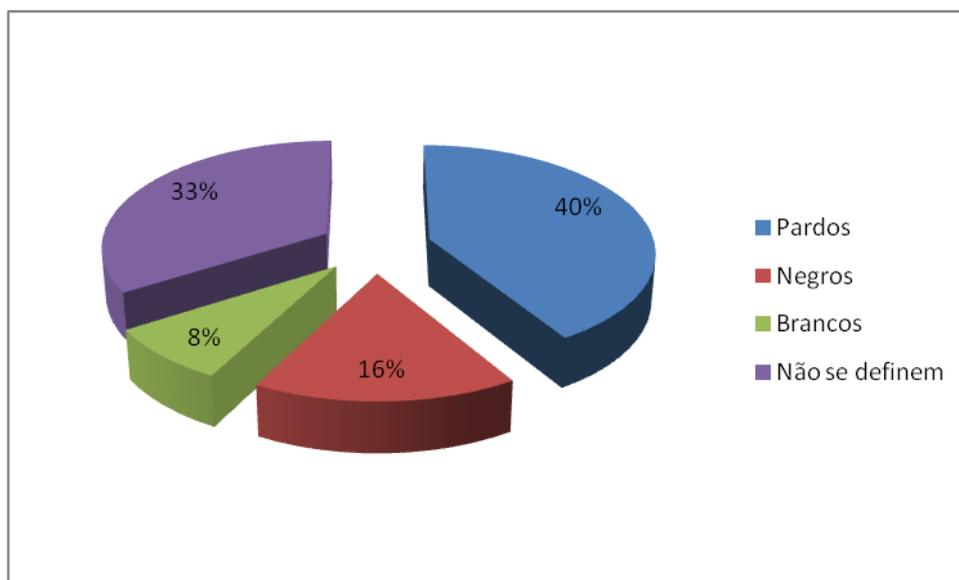
Segundo informações dos técnicos do equipamento embora em número reduzido, percebe-se que a população feminina vem crescendo nas ruas. Sobre a faixa etária encontramos 41,6% dos usuários com idade entre 19 e 30 anos, 33,3% tem idade entre 31 a 38 anos e, 25% de 40 a 56 anos.

**Gráfico 5- Faixa Etária**



No que refere à etnia, 40% dos usuários declaram-se pardos, 16% são negros, 1% branco e, 33% dos usuários, não se definem de raça alguma, declarando nunca ter pensado sobre o assunto/ ser uma mistura de raças ou não saber sua etnia.

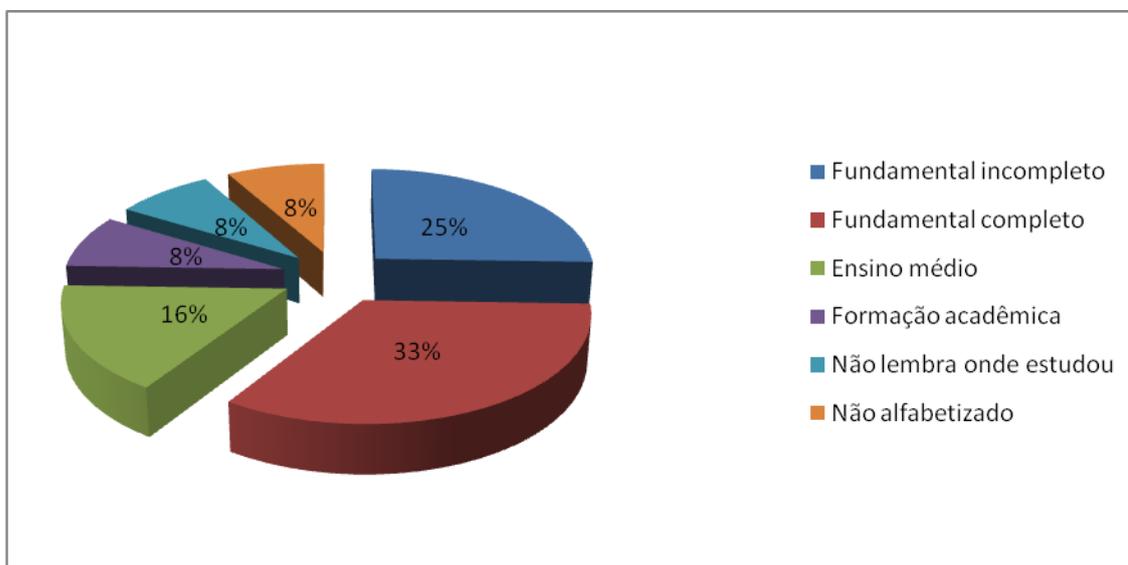
Gráfico 6- Etnia



## 2) Formação educacional, trabalho e renda

Sobre a formação educacional encontramos as seguintes informações, 25% dos usuários têm ensino fundamental incompleto, 33% dos usuários cursaram o ensino fundamental completo, sendo que 8% deles com curso profissionalizante no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, outros 16% usuários com ensino médio completo, 8% tem formação acadêmica e 8% sabe que estudou, porém não lembra em que série parou. Apenas 8% não são alfabetizados, porém assina o nome. Segundo a PNISPSR das pessoas que estão na rua, um número pequeno não sabe ler e escrever a atual pesquisa também revelou um número pequeno nesta condição.

**Gráfico 7- Formação Educacional**



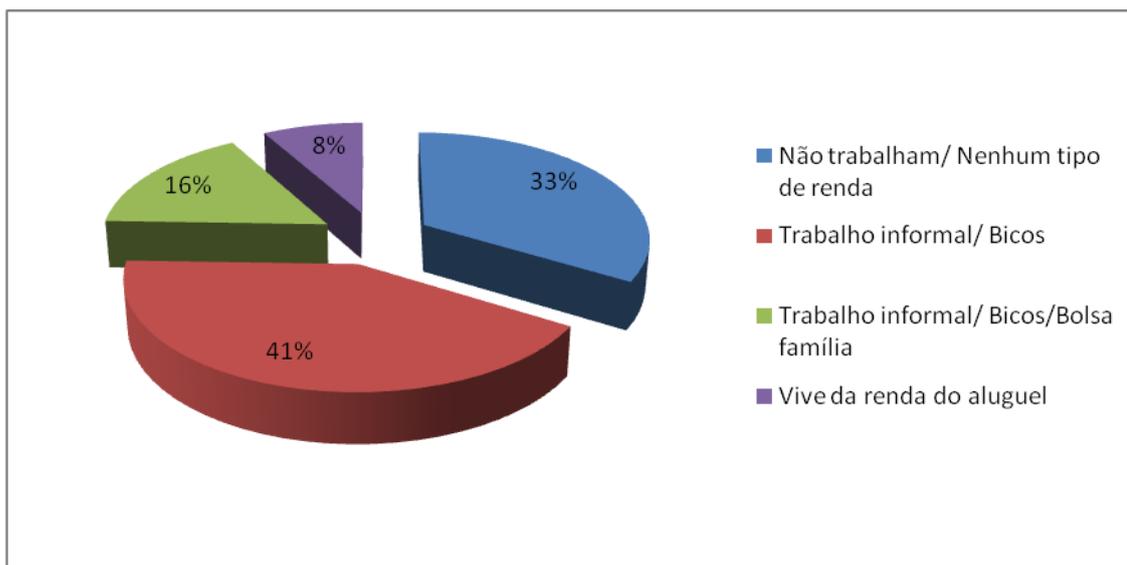
O número de pessoas que concluíram o segundo grau é igualmente pequeno se levarmos em consideração o número de entrevistados que possuem o ensino fundamental incompleto e completo, como a pesquisa nacional mostrou em seus resultados. E de acordo com a pesquisa nacional e este trabalho todos os entrevistados estão fora da escola.

A referida política prevê em suas ações estratégicas, no que se refere à educação, uma série de orientações que facilitam à vida daquele que pretende retomar os estudos como a flexibilização dos horários de aula, bem como a adequação nos processos de matrículas tentando romper com a burocracia imposta pela educação. Todos os que se encontram atualmente no equipamento estão fora do ambiente escolar.

Entre os usuários, 33% não trabalham e não tem nenhum tipo de renda, 8% não trabalham, porém, vive da renda que divide com os irmãos, proveniente do aluguel de uma casa herdada pela morte dos pais, que representa menos de um salário mínimo mensal.

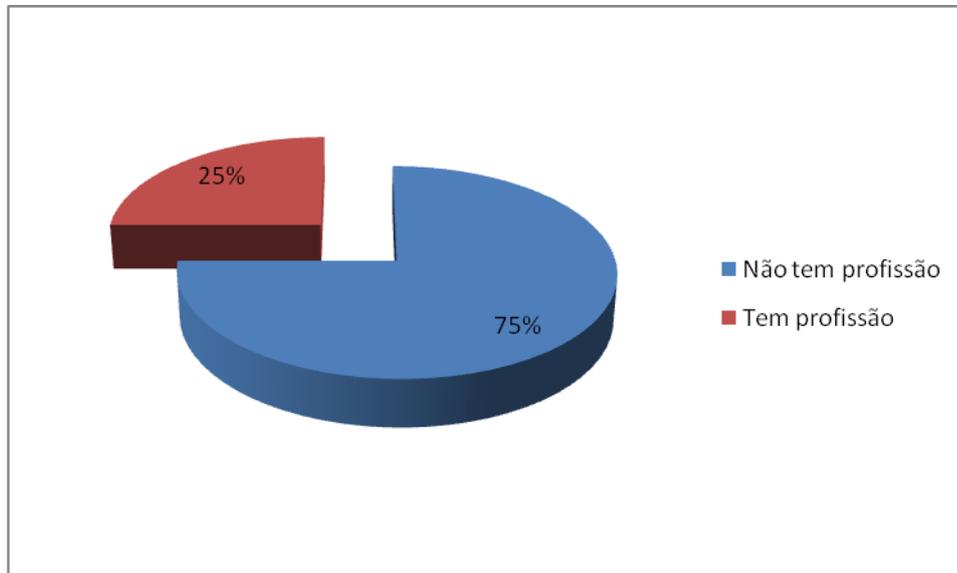
Parte dos entrevistados usuários, isto é quase 50% vivem do trabalho informal e de bicos, sendo que destes, 16% dos usuários também tem como renda o bolsa família. Todos que trabalham na informalidade recebem menos de um salário mínimo mensal.

**Gráfico 8- Trabalho e Renda**



Apenas 25% dos usuários declaram ter profissão, porém nem todos exercem a profissão atualmente, e entre as profissões estão: artesão, conferente de carga, soldador, tradutor, metalúrgico e vendedor. Entre as ocupações da informalidade encontramos as seguintes: catador de latinhas, empurrar carrinho de ambulante na praia, faxina, guardador de carros, vendedor de ervas medicinais. Um dos principais motivos que levam esses usuários a trabalhar na informalidade é segundo eles a falta de oportunidade.

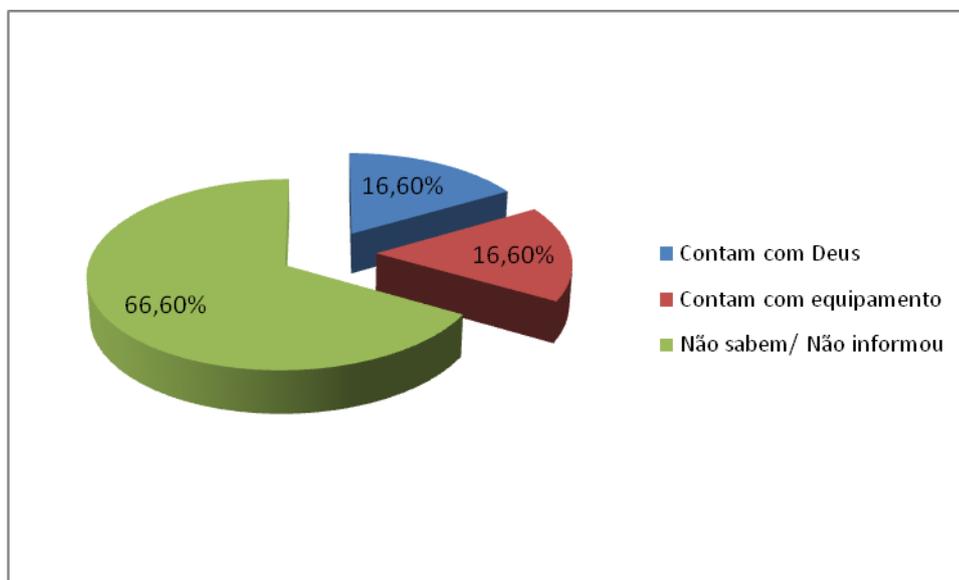
**Gráfico 9- Profissão**



Ao perguntarmos como eles esperam vencer essa dificuldade com relação à falta do trabalho com carteira assinada, 16,6% dos usuários contam com o equipamento como resolução dos problemas, outros 16,6% contam com Deus e os outros 66,8% ou não sabem ou não responderam. Além da questão da educação, a PNISPSR também prevê ações com relação a trabalho e emprego no que diz respeito a

1. Promoção de capacitação, profissionalização, qualificação e requalificação profissional da população e situação de rua, com vistas à inserção no mercado de trabalho;
2. Incentivo às formas cooperadas de trabalho no âmbito de grupos populacionais em situação de rua;
3. Incentivo a ações que visem à reserva de cotas de trabalho para população em situação de rua, tendo como critério os indicadores sociais previstos nas diretrizes desta política. (PNISPSR, 2009:20).

**Gráfico 10- Enfrentamento da falta de carteira assinada**

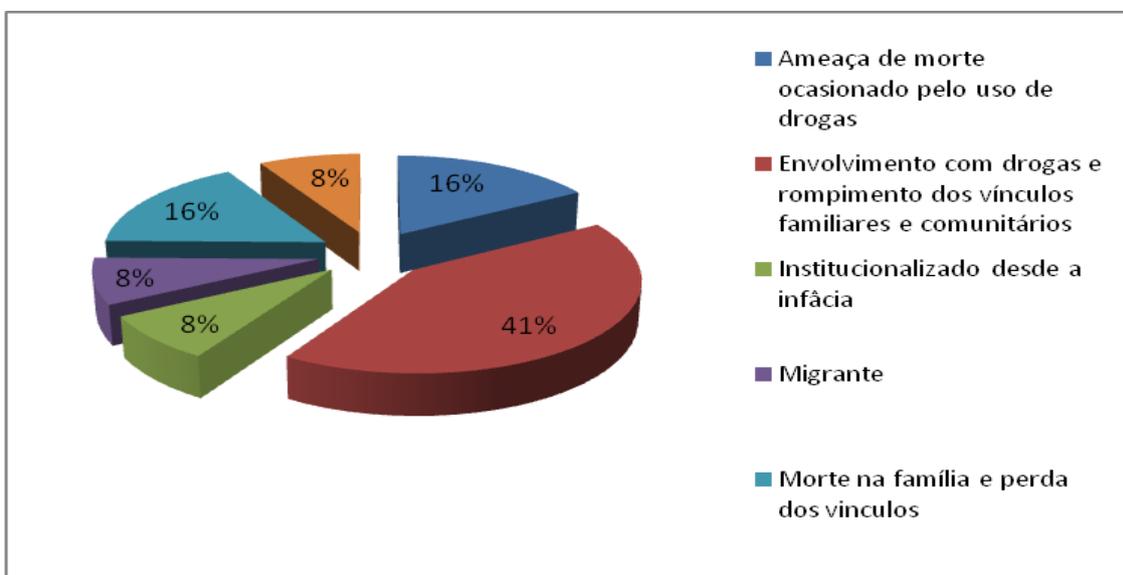


### **3) Motivos dos sujeitos se encontraram em Situação de rua**

Os motivos que levaram os usuários a procurarem o equipamento por motivo de situação de rua, são os mais diversos. Dentre eles, 16% dos usuários de origem argentina e brasileira, porém residindo a muitos anos no Japão voltaram ao Brasil com a intenção de melhorar de vida, porém segundo eles no Brasil a situação está pior, ambos estão na situação de rua há menos de um ano.

Dos usuários que estão na rua por motivo de envolvimento com drogas e conseqüentemente o rompimento dos vínculos familiares são 41,6%, sendo que deste, 16% são do sexo feminino e 25% do sexo masculino. Deste grupo apenas 8% dos usuários está na rua por dois anos, os outros estão em média a um ano.

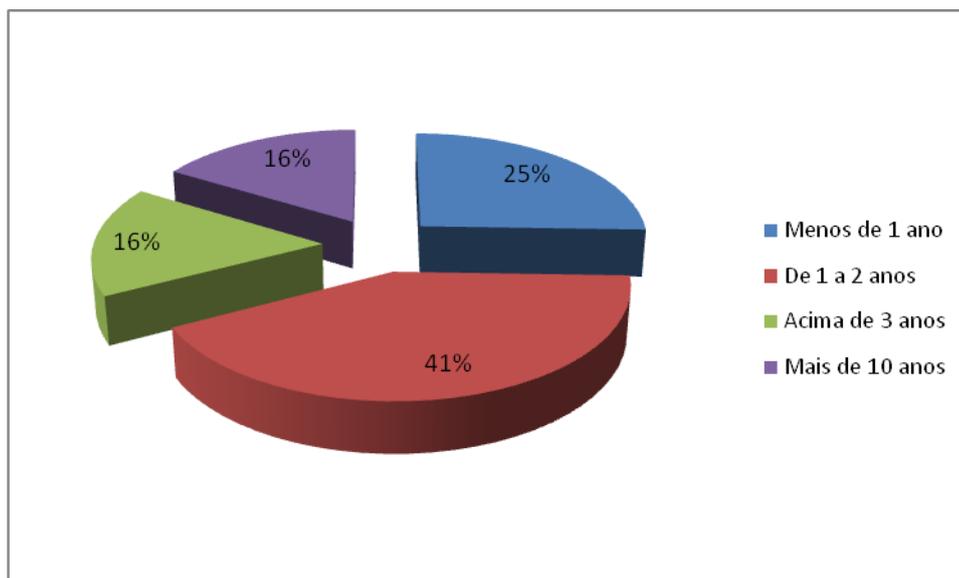
**Gráfico 11- Motivos de situação de rua**



O motivo de morte em família e perda dos vínculos familiares e comunitários também se faz presente com 16% usuários que estão nesta situação tem um tempo maior de situação de rua, acima de três anos.

O uso de álcool desde a juventude é o motivo de um usuário permanecer na situação há mais de dez anos, 8% dos usuários declaram estar na rua pelo motivo de se encontrar institucionalizado desde os cinco anos e aos dezoito foi desligado da Instituição não tendo onde morar, outro usuário por motivo de ameaça de morte precisou deixar a casa onde morava e ganhou a rua como principal local de moradia até chegar ao equipamento.

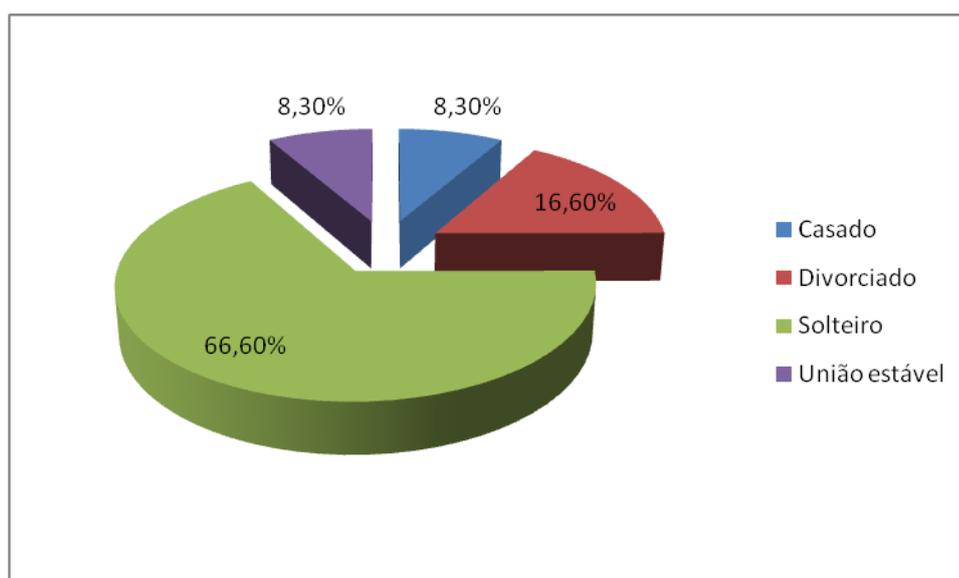
**Gráfico 12- Permanência na rua**



#### **4) Estado civil, número de filhos**

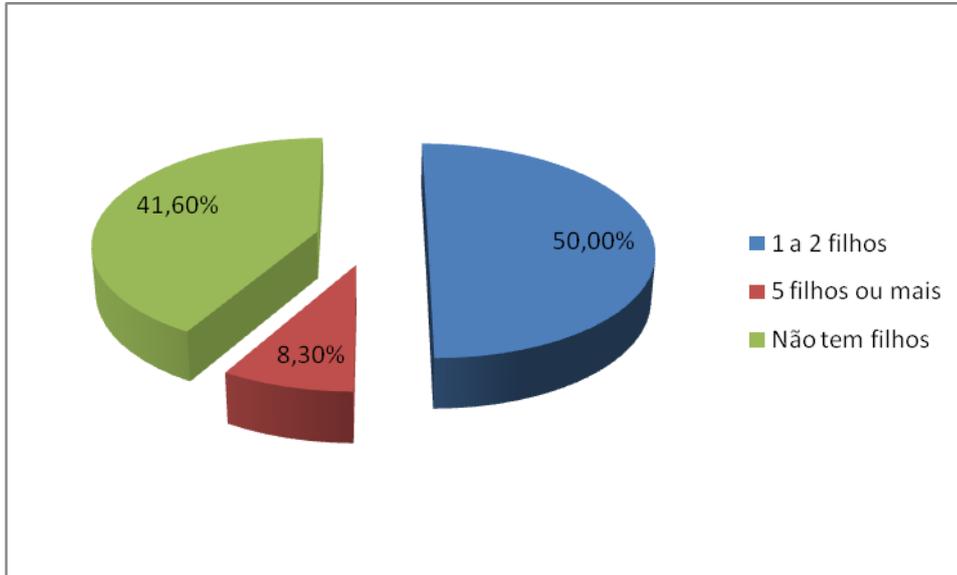
Entre os doze entrevistados, 66,6% declaram-se solteiros, apenas 8,3% casado, 16,6% declaram-se divorciados e 8,3% mantêm união estável.

**Gráfico 13- Estado Civil**



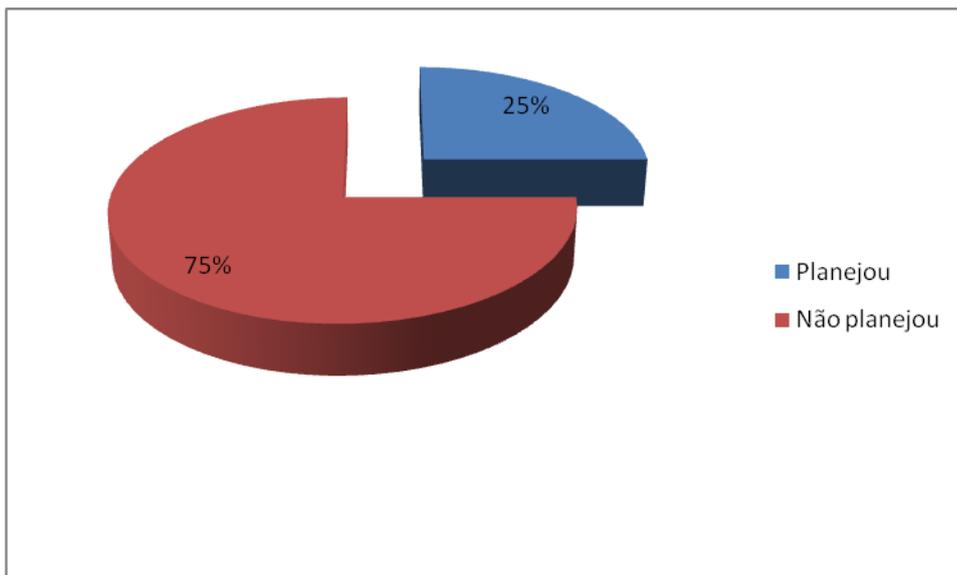
Quanto a filhos, 41,6% dos usuários, dizem não ter filhos, 50% dos usuários tem entre um e dois filhos, 8,3% cinco filhos ou mais filhos.

**Gráfico 14- Número de filhos**



Segundo a maioria, 75% dos usuários não houve planejamento dos filhos, apenas 25% dizem ter planejado.

**Gráfico 15- Planejamento familiar**



## 5) Saúde

Mais da metade dos usuários entrevistados, isto é, 66,6% são dependentes de álcool ou algum tipo de droga. Embora o álcool seja considerado droga lícita, é um dos principais motivos de dependência, sendo que destes 66,6%, 41,6% é usuário de álcool. O *crack* aparece em segundo lugar como o mais usado e, às vezes associado a outro tipo de drogas. A cocaína e a maconha aparecem como as drogas menos usadas com 16,6% cada droga, com um total de 33,2%.

**Tabela 1- Uso de droga**

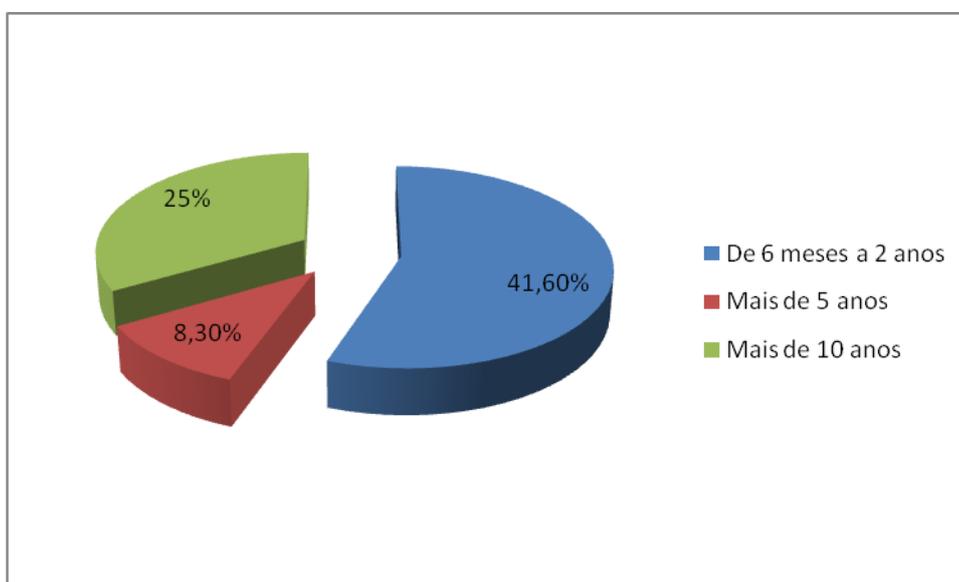
Usuário	Álcool	Cocaína	Crack	Maconha	Não é usuário
1		x		x	
2	x				
3	x				
4					x
5			x	x	
6	x				
7	x				
8	x	x			
9					x
10	x		x		
11			x		
12					x

O tempo de uso é dos mais variados sendo que há usuário que faz uso das drogas ou álcool por seis meses, há mais de um ano, mais de cinco anos e a mais de dez anos, sendo que destes apenas 3 já passaram por algum tipo de internação. O número de vezes que o usuário que já passou por algum tipo de internação com a intenção de enfrentamento com a questão das drogas, também chama a atenção.

De três usuários que dizem já ter passado por casas de recuperação, porém sem sucesso no tratamento, um revela que já foi internado duas vezes, um outro usuário quatro vezes e outro por dez vezes. As reclamações são por motivo

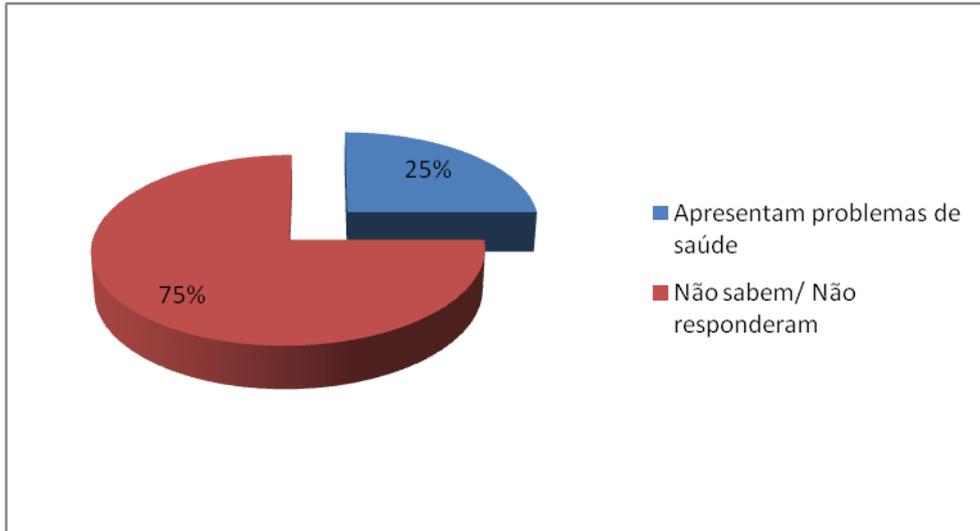
de trabalho forçado, falta de comida, ou péssimas condições para atendimento da população que faz uso de drogas lícita ou ilícitas.

**Gráfico 16- Tempo de Uso**



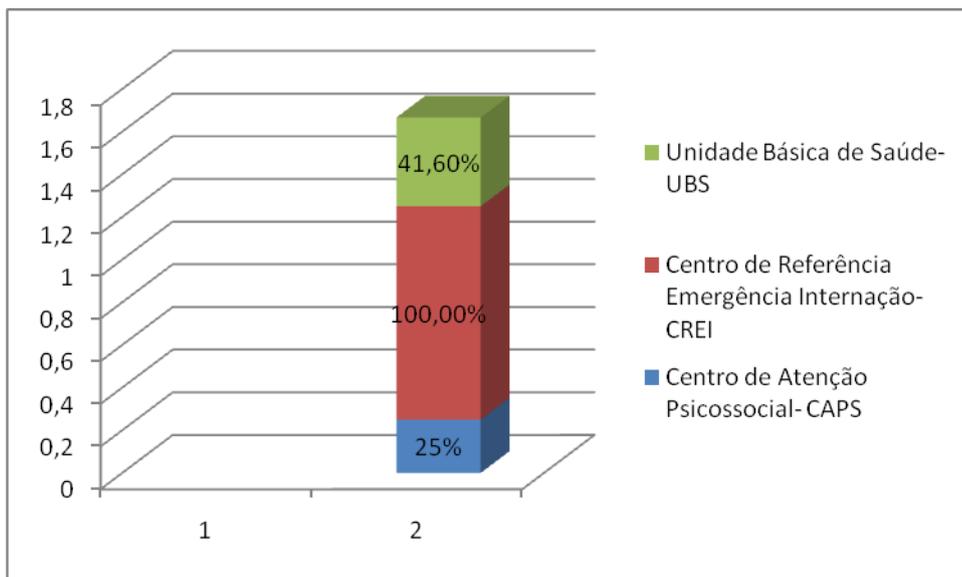
Quando perguntamos se os usuários tinham algum tipo de doença, apenas 25% declararam ter algum problema de saúde e, destes 25% apenas 16% estão atualmente em tratamento. Os usuários do equipamento também não têm o hábito de fazer a prevenção através das unidades básicas de saúde, apenas 16% usuários fazem exames preventivos.

**Gráfico 17- Saúde**



As doenças que mais citadas foram, tuberculose, diabetes, pressão alta e hipoglicemia e, os equipamentos públicos que os usuários utilizam aparece como o mais usado por 100% o Centro de Referência Emergência Internação- CREI, em seguida a Unidade Básica de Saúde – UBS, que é usada apenas por 41% dos usuários e o Centro de Atenção Psicossocial- CAPS em último lugar usada por apenas 25% usuários.

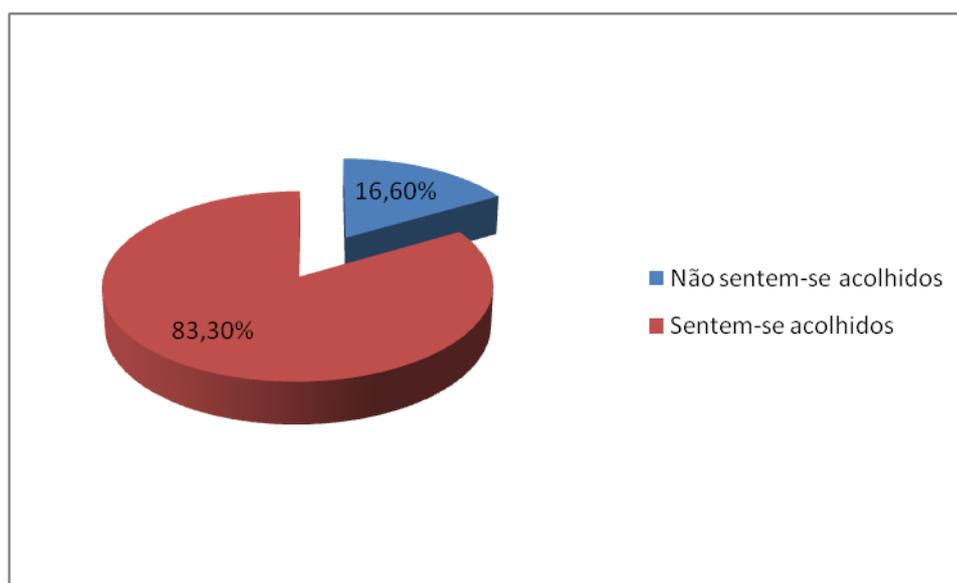
**Gráfico 18- Equipamentos Públicos utilizados**



## 6) Sobre o CREAS- POP

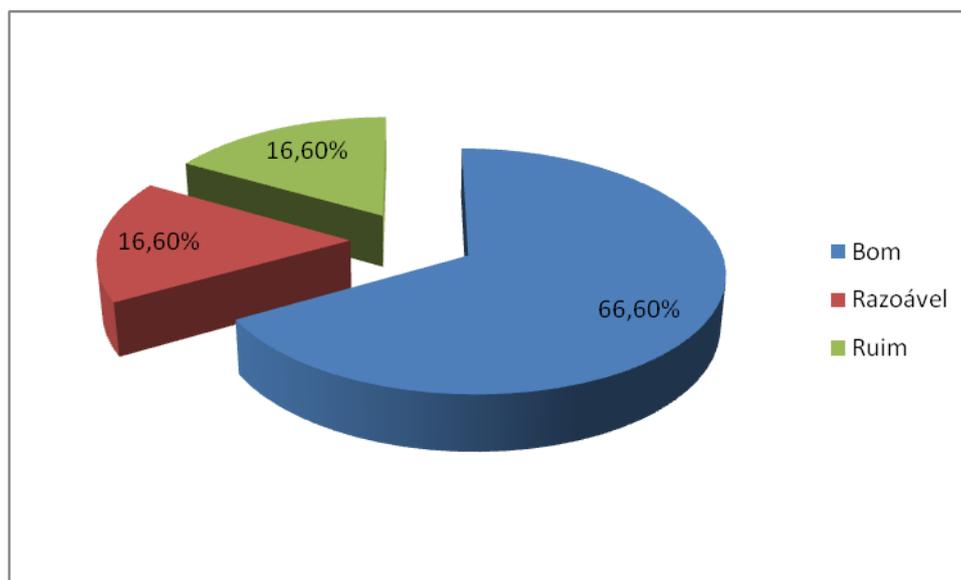
Perguntamos inicialmente se o usuário se sente acolhido no equipamento e 83,3% responderam que sim e apenas 16,6% dos usuários responderam que não se sentiam acolhidos. O equipamento foi considerado bom por 66,6% dos usuários, razoável por 16,6% e, outros 16,6% classificaram o equipamento como ruim.

**Gráfico 19- Acolhimento**



Quanto a qualidade dos equipamentos os usuários expressam 60% de satisfação como apreciamos a seguir:

**Gráfico 20- Qualidade do Equipamento**



Levantamos alguns aspectos negativos com os usuários como: monitores ruins, falta de roupa, péssimo atendimento e alimentação insuficiente. Também levantamos alguns pontos positivos como: a possibilidade de tomar banho, almoço mesmo insuficiente, troca de roupas, lugar para dormir.

E finalizando levantamos algumas sugestões apresentadas pelos próprios usuários para melhorar o serviço: Capacitar os monitores, ampliação do local, horários flexíveis para refeições, refeições com qualidade e em quantidade suficiente, mais investimento, encaminhamentos para emprego e que a ação dos profissionais proporcione realmente a saída da situação de rua.

**Tabela 2- Aspectos, positivos, negativos e sugestões**

Aspectos Positivos	Aspectos Negativos	Sugestões para CREAS-POP
Alimentação, mesmo que insuficiente	Alimentação insuficiente	Ação profissional
Lugar para dormir longe dos perigos da rua	Falta de roupas para troca	Ampliação do equipamento
Possibilidade de tomar banho	Monitores ruins	Capacitação para monitores
Possibilidade de trocar de roupa	Péssimo atendimento	Encaminhamento para empregos
		Horários flexíveis para refeições
		Mais investimento

A alimentação aparece muito nas entrevistas, sobre segurança alimentar a PNISPSR revela que:

A maioria dos entrevistados (79,6%) consegue fazer ao menos uma refeição ao dia, sendo que 27,1% compram comida com o seu próprio dinheiro e 4,3% utilizam o restaurante popular. Continua sendo alarmante o fato de que 19% dos entrevistados não se alimentam todos os dias. (PNISPSR, 2009:14)

## **7) Os usuários do equipamento**

Após conhecermos o perfil dos usuários (anexo 5) o que eles esperam do equipamento, sentimos a necessidade de deixar aqui registrado algumas informações de cunho qualitativo de cada usuário do serviço. A fonte dessas informações foi questionário aplicado (anexo 3).

A partir das entrevistas semi-estruturadas apreciamos dados gerais, motivo de rua, relações com familiares e comunidade, dificuldades, formas de enfrentamento, valores, percebendo que estes usuários muitas vezes têm pesadelos, mas que também sonham e, muitas vezes esse sonho é um direito que todos os cidadãos enquanto sujeito de direitos deveriam desfrutar como

necessidades básicas. Com a finalidade de preservar a identidade dos sujeitos entrevistados aprecia-se na tabela com nomes de flores.

## **8) Quanto aos Técnicos do CREAS - POP**

Foram entrevistados dois assistentes sociais e dois psicólogos, dos quatro técnicos entrevistados que atendem os usuários no CREAS-POP, apenas um tem menos de dois anos de profissão, os outros três tem acima de três anos sendo que um está em idade de aposentadoria. Ao perguntarmos sobre a importância do trabalho deles para o equipamento, todos concordam e, fundamentam que:

“Está totalmente voltado para a garantia de direitos dos atendidos do serviço.”;

“Sem dúvida. O profissional interessado comprometido e capacitado para a ação junto a essa demanda é fundamental para o êxito do serviço”;

“Para ressocialização, orientação dos direitos e encaminhamentos necessários na tentativa de recolocação profissional para sair da baixa vulnerabilidade que se encontra.”;

“As ações as quais visam à melhoria e a recolocação social das pessoas. Ações as quais visam garantir também os direitos dos mesmos com relação à sociedade.”

Sobre a intersetorialidade, as respostas foram às seguintes:

“Área da educação, saúde habitação, CRAS, abrigos, poupa-tempo, INSS.”;

“Com atores da rede de assistência e do sistema de garantia de direitos”;

“Unidades de saúde, Trabalho e Renda, Previdência Social, Fórum, Defensoria.”

A recente PNISPSR em menção demanda de maior apreensão de conhecimentos dos técnicos que a operacionalizaram. Nesse sentido, é necessário urgente capacitação para sua apropriação e exequibilidade. Há profissionais que

ainda desconhecem a rede socioassistencial com seus programas e equipamentos para materializar suas ações e a intersetorialidade necessárias para a efetivação da integralidade e a garantia dos direitos dos sujeitos em situação de rua.

Segundo a política:

*“Intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de saberes sociais diversos, para enfrentar problemas complexos. É uma forma de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas que pretende possibilitar a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos na (...) população. (PNISPSR, 2009:3)*

Esse entendimento se faz necessário, é previsto na PNISPSR, no item VII dos seus princípios:

*“Intersetorialidade das ações que garanta o direito à igualdade, à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social e a assistência às pessoas em situação de rua. (PNISPSR, 2009:16)*

Também está prevista no item IX das diretrizes com clareza na importância de sua utilização:

*“ Garantia de ação intersetorial com a garantia dos direitos e a organização dos projetos de vida.” (PNISPSR, 2009:17)*

Portanto, sem a ação intersetorial é impossível garantir cidadania.

A categoria autonomia aparece para uma parte dos técnicos, 50% como relativa ou sobre os limites institucionais e para os outros 50% a autonomia se refere apenas as ações que envolvem ação profissional no contato com os usuários no seu círculo familiar e de encaminhamentos a rede.

*“Liberdade e autonomia de atendimentos e procedimentos técnicos conforme o código de ética da profissão e demais normas da instituição”;*

*“Autonomia relativa. A falta de recursos específicos, a resistência da sociedade, a ausência deliberada das demais políticas na questão da*

rua, a interferência política inerente ao serviço público dificulta/ tolhe ações profissionais.”,

“Contatos com famílias, encaminhamentos e visitas domiciliares.”

Para Faleiros o fortalecimento da autonomia está ligado à formação de vínculos não no sentido de dependência, mas no sentido da vinculação entre o assistente social e a população que deve decidir a melhor alternativa para a superação de um problema de acordo com a força existente.

Segundo o autor o meio possível de se alcançar a autonomia é através da articulação propiciada pela comunicação presentes nos elementos fundamentais na tomada de decisões, onde o assistente social analisa as alternativas e conseqüências de encaminhamentos das superações de uma luta em função da força política existente na instituição e da força presente no movimento da população.

Em relação ao usuário perguntamos se havia alguma necessidade que não era suprida pelo equipamento, e nas respostas aparece à saúde como ausente e a questão do trabalho e renda como uma das dificuldades, o próprio usuário aqui aparece como uma dificuldade por conta da drogadição.

“Falta de complementariedade para algumas ações, como, por exemplo, maior apoio da saúde (drogadição)”; “O usuário do CREAS-POP apresenta perfil complexo moldado pelo uso de substâncias psicoativas e só encontra atenção junto à assistência social.”;

“Melhores oportunidades a serem oferecidas principalmente com cursos.”

Sobre o equipamento, as principais queixas são referentes à estrutura tanto administrativa como no que se referem a espaço físico, os agentes ou operadores sociais, aparecem mais uma vez nas respostas como quem precisa investimento na capacitação.

“Falta de estrutura organizacional/ administrativo.”;

“Espaço físico específico. O que temos hoje foi adequado, adaptado às ações. Carece implementação. Equipe de apoio (agentes sociais) capacitado.”;

“Melhores instalações, segurança, o ambiente é insalubre.”

Ao questionarmos os recursos institucionais disponibilizados a essa população, há muitas reclamações, fato também constatado nas respostas dos usuários do equipamento, mas especificamente nos pontos negativos e sugestão para melhorar o serviço tem-se uma visão mais ampla das necessidades que o usuário enfrenta.

“Creio que não, pois temos várias necessidades não supridas.”;  
“Muito pouco. Faltam abrigos, albergues, atendimento médico específico etc, etc.”;

“Ainda falta muita coisa que deveria ser melhor discutida com os técnicos envolvidos.”

Na avaliação dos técnicos, numa nota de 01 a 10 sobre os serviços oferecidos, grau de satisfação do usuário, com relação à PNISPSR e aos recursos, apenas um técnico não respondeu e outro optou por não dar nota, os demais deram nota acima de três e seis justificando:

“O serviço oferecido não contempla totalmente a necessidade do usuário.” (Nota 6);

“(Nota 3). Com 90% da demanda com alto grau de dependência química, esperando apenas satisfação das necessidades imediatas, eles sentem-se satisfeitos (9). Tecnicamente falando, avaliamos cerca de 3% a satisfação que deveria ser alcançada.”;

“Hoje 80% são usuários de drogas principalmente o *crack* e, a esta população, os serviços oferecidos são precários, porque precisamos da área da saúde também que é precária”

Para finalizar indagamos se a atuação profissional no equipamento traz satisfação aos técnicos e todos concordam que sim, fundamentando.

“Tenho prazer com a minha profissão.”;

“Criar o serviço dentro das normas da Política Nacional de Assistência Social- PNAS, capacitar equipes, divulgar o trabalho, adequar ações conforme o perfil da demanda e da realidade do município.”;

“Motivação, satisfação em dever cumprido, credibilidade de que realmente é possível fornecer a “assistência necessária.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve a finalidade de analisar a PNISPSR e o PNCFC e sua materialização no equipamento CREAS – POP do município de São Vicente. Para fundamentarmos nossa constatação buscamos ao longo da história o percurso trilhado pela população em situação de rua através das décadas e, portanto, conjunturas diferentes até a referida PNISPSR, para entendermos o trabalho que atualmente é realizado no equipamento em questão.

Nesse processo, surgiram dúvidas, questionamentos e uma necessidade de compreender melhor os processos relacionados à assistência social voltado para população de rua. A perspectiva de análise que orientou à pesquisa e possibilitou uma interpretação crítica da realidade social e procurou entender as potencialidades dos sujeitos vulnerabilizados em situação de rua, dos técnicos e do equipamento na perspectiva de transformação de sua própria realidade.

A principal premissa para a execução desta pesquisa foi que as políticas sociais são respostas do Estado às demandas da sociedade e que seu fundamento está no campo dos direitos sociais, onde fomos buscar elementos teóricos para nutrir nosso respectivo embasamento.

Essa população subalterna que nunca teve seus direitos reconhecidos, hoje busca por seus direitos a fim de alcançar a cidadania, porém mesmo com todo o avanço na legislação brasileira, ainda sofre de preconceito e discriminação. Após análise da pesquisa, encontramos resultados significativos que destacamos a seguir:

- O equipamento responsável por prestar os serviços públicos e atender população usuária que necessita da proteção social é tão carente dos básicos quanto à própria população usuária;
- Que embora o SUAS tenha sido implantado e a assistência tenha saído do campo do favor para se tornar direito, muito se precisa caminhar para que o PNAS se efetive e realmente através de seus serviços, programas e projetos

propiciem a autonomia aos seus usuários, que eles possam sair da situação de vulnerabilidade e construir um futuro melhor e mais digno.

As possíveis contribuições no sentido de encontrar soluções seriam:

- Oficinas socioeducativas para troca de experiências;
- Conversas e trocas de experiências com a intenção de repensar o trabalho dos técnicos, bem como identificar competências e habilidades dos usuários;
- Conhecer o cotidiano que permeia as relações que se estabelecem em família e comunidade.

No que se relaciona ao território é necessário:

- Conhecer e entender a rede de serviços sociassistenciais e intersetoriais a fim de que os encaminhamentos e acompanhamentos sejam feitos com intencionalidades e objetivos específicos de acordo com as necessidades, fragilidades e potencialidades respeitando as diferentes formas de ser e de enfrentamento das dificuldades e as oportunidades de cada usuário;
- Reuniões em rede que propiciem discussões e propostas para a população usuária de acordo com a PNISPSR e com o PNCFC.
- No que se refere à habitação e a inclusão dos usuários nos programas habitacionais, a implementação da política de locação social, bolsa aluguel, e a identificação de possíveis móveis vazios privados para utilização pela população em situação de rua, entre outras ações previstas na PNISPSR e que ainda não acontece no município;

Quanto à dinâmica do equipamento, aos trabalhadores que estão inseridos no local, as dificuldades encontradas para realização do trabalho:

- Investir em capacitação para que eles possam entender o local em que estão inseridos e a importância da sua ação para o desenvolvimento do trabalho.

Neste contexto, o técnico como um trabalhador que participa do mundo do trabalho e está submetidos aos limites institucionais, pode através dos instrumentais de trabalho, ao participar tanto das particularidades da vida do usuário como da instituição ser propositivo nas ações, participar de canais de

controle social como fóruns, conselhos e conferências propondo ações que avancem na conquista dos direitos.

Consideramos que esta pesquisa poderá contribuir nos debates teóricos relacionados a essa população em situação de rua onde os trabalhadores da área social devem partir do pressuposto que a informação é um direito de cidadania e que é fundante para sua intervenção profissional voltado para a cultura de direito cidadão.

Enquanto aluna do curso de Serviço social e estagiária do equipamento CREAS- POP, percebo a importância de ter participado neste primeiro momento da implantação da PNISPSR no município de São Vicente, esse fato despertou para minha condição enquanto pesquisadora, o senso investigativo colaborando para a minha formação acadêmica.

Este trabalho foi fruto de diálogos estabelecidos entre pesquisadores, formuladores de políticas sociais e executores das mesmas. Esses relacionamentos nos possibilitaram trocar saberes, experiências proporcionando coletivamente a gestão de conhecimentos sobre a temática em questão e aguçando na minha condição de pesquisadora o senso investigativo que, muito contribui para minha formação acadêmica.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. R. As Seguranças das Famílias nos Programas Sociais Brasileiros e o Sistema de Informação de Gestão Social- SIGS, Mimeo apresentado na IV Jornada Internacional de Políticas Públicas UFMA, Maranhão, 2011

BRANT DE CARVALHO M. do C. Trabalho com Famílias. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais ( IEE)/PUC-SP, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília: MDS/SEDH, 2006.

BRASILIA. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, 2008.

CASTEL, R. Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do Salário. Petrópolis: Vozes, 1998

Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta.- Brasília: CFESS, 2011 p. 201.

FALEIROS, V., Saber profissional e poder institucional. São Paulo- 7 ed.- São Paulo Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social- 3. Ed- São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. A Questão Social in São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação SEADE, vol. 5 n°1 jan/mar, 1991.

KOWARICK, L. ( org) São Paulo: Passado e Presente As Lutas Sociais e a Cidade - 2ª ed. ver. e atual.- Rio de Janeiro Paz e Terra, 1994.

MELLO, S. L., As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e ética da Desigualdade Social – Bader Sawaia ( org)- 10º Ed, Petrópolis- RJ: Vozes, 2010.

MUÑOZ, J. ( Des)territorialização, População de Rua e Trabalho do Assistente Social. O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social – Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta. – Brasília: CFESS, 2011.

PEREIRA, P. A. P. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais- 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2002.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO- Projeto de Urbanização Poligonal do México 70- Complexo Sudoeste. Etapas 1, 2, 3. Plano Integrado de Urbanização/ Plano Social- Av. Brasil 70-2006.

ROLNIK, R. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In As Lutas e a Cidade São Paulo: Passado e Presente - 2ª ed. ver. e atual.- Rio de Janeiro Paz e Terra, 1994, p.96.

SILVA M. L. L. ( Des)territorialização, População de Rua e Trabalho do Assistente Social. O Trabalho do/a Assistente Social no SUAS: seminário nacional / Conselho Federal de Serviço Social - Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta.- Brasília: CFESS, 2011 p. 201.

VIEIRA, M., BEZERRA E. e ROSA, C. ( org). População de Rua: quem é, como vive, como é vista. 3º Ed.- São Paulo: Hucitec, 2004.

WANDERLEY. M. C. Refletindo Sobre a Noção de Exclusão. In As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e ética da Desigualdade Social, p.18, 19- Bader Sawaia (org)- 10º Ed, Petrópolis- RJ: Vozes, 2010, p.15 -26.

YASBEK, M. C. Curso de gestão de qualidade, Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome ( MDS) Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD) Nacional de Administração Pública ( ENAP) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento ( BID), 2007.

\_\_\_\_\_ Classes Sulbaternas e Assistência Social. 6º Ed – São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_ Questão Social: Desigualdade, Pobreza e Vulnerabilidade Social, 2006

### **Endereços eletrônicos**

[http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA\\_Images/DistanceLearningCourse\\_Ch4.pdf](http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/CA_Images/DistanceLearningCourse_Ch4.pdf) , acesso 13/03/2013

<http://www.elfikurten.com.br/2011/02/candido-portinari-mestres-da-pintura.html>, acesso em 27/01/2013.

<http://www.saovicente.sp.gov.br/conheca/informacoes.asp>, acesso em 27/01/2013.=355100

<http://www.terra.com.br/diversao/portinari/frases.htm>, acesso em 16/03/2013.

<http://www.terra.com.br/diversao/portinari/cronologia.htm>, acesso em 16/03/2013

## ANEXOS

### Anexo 1 CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA PREFEITURA DE SÃO VICENTE



*Prefeitura Municipal de São Vicente*  
Cidade Monumento da História Pátria  
Cellula Mater da Nacionalidade  
**SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Of. nº 602/12  
SEAS

São Vicente, 05 de outubro de 2012.

Prezada Senhora,

Com cordiais cumprimentos vimos a presença de V.Sa. informar quanto a autorização concedida a aluna **Andiara Lucia C. M. Pereira** para realização de seu projeto de pesquisas junto ao CREAS – POP (Centro de Referência em Assistência Social - População de Rua).

Na oportunidade expressamos a total disponibilidade de nossos serviços para que os alunos dessa conceituada universidade realizem estudos e pesquisas necessárias à sua formação, colocando-nos a disposição sempre que necessário.

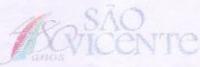
Atenciosamente,

Denyse Panoni Arroyo Brandão  
Diretora de Proteção Social Especial de Média Complexidade II



Marcia Garcia  
Secretária de Assistência Social

**ILMA SRA.  
PROF. DR. ANA ROJAS ACOSTA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – CAMPUS BAIXADA SANTISTA**



Disque 100 contra a exploração sexual infantil

AS.S.S.

## Anexo 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TLCE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP  
CAMPUS BAIXADA SANTISTA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do participante: \_\_\_\_\_  
Data de Nascimento \_\_/\_\_/\_\_ Idade: \_\_\_\_  
Documento de identidade: \_\_\_\_\_ Sexo: M ( ) F ( )  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

EU, acima qualificado CONCORDO em participar da pesquisa **“Da Subalternidade a busca pela cidadania das pessoas em Situação de Rua no município de São Vicente”**, coordenada pela pesquisadora **Profa. Dra Ana Rojas Acosta**, pertencente ao quadro docente UNIFESP/Baixada Santista, com fins de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Andiará Lúcia Cardoso Magalhães Pereira do curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição.

1. Explicaram-me que esta pesquisa se justifica pela necessidade de analisar a Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua – PNISPSR, no Município de São Vicente.
2. Ao ser convidado a participar, explicaram-me que os objetivos da pesquisa são: analisar a PNISPSR junto aos usuários e profissionais do equipamento CREAS-POP. E que tais procedimentos não trarão danos à minha saúde;
3. O procedimento de coleta de informações consta de entrevista semi-dirigida com roteiro;
4. Explicaram-me que o(s) pesquisador (es) garantirão o sigilo absoluto quanto a minha identidade, minhas informações, sob sua responsabilidade e as penas previstas na Lei brasileira;
5. Sei que minha participação é livre não importando quaisquer prejuízos pessoais, e que não implica quaisquer tipos de recebimento de remuneração, auxílio ou subsídio, também sei que não tenho o dever de pagar por minha livre participação;
6. Estou ciente de que poderei, a qualquer momento, desistir da participação, sem que isso implique responsabilização, ou o cancelamento dos serviços oferecidos por esta instituição;

7. Terei o direito de me dirigir, a qualquer momento, ao(s) pesquisador (es) e ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo, para os esclarecimentos sobre dúvidas que surgirem durante a pesquisa, tendo portanto o direito à informação;
8. Por fim, receberei uma cópia deste documento com os nomes e telefones de contato do pesquisador e do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP/BS. Site: Rua Botucatu, 572 - 1º andar conj 14: tel 55 (11) 5571-1062 / 55 (11) 5539-7162.

Declaro que concordo LIVREMENTE em participar desta pesquisa, pois fui totalmente esclarecido pelo pesquisador e entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação neste estudo.

São Vicente, de de

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável  
Profa. Dra. Ana Rojas Acosta  
E-mail: [ana.rojas@unifesp.br](mailto:ana.rojas@unifesp.br)  
Av. D. Ana Costa, 95 - Vl. Mathias - Santos/SP - CEP: 11060-001  
Tel: (13) 3878-3700

\_\_\_\_\_  
Assinatura da testemunha

**Anexo 3- ENTREVISTA PARA SER APLICADO JUNTO AO USUÁRIO DO EQUIPAMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL CREAS-POP -SÃO VICENTE**

**I IDENTIFICAÇÃO**

1. Sexo:

F     M

2. Idade:

3. Naturalidade:

4. Estado civil:

casado     solteiro     divorciado     parado

viúvo     união estável     concubinato

5. Raça:

negra     branca     morela     indígena     parda    ou  ( anotar):

6. Escolaridade: anotar onde cursou

7. Ocupação profissional:

Assalariado com Carteira Assinada     salariado sem Carteira Assinada

Temporário     Cooperativo     Aprendiz

8. Renda Procedência:

<input type="checkbox"/> Aposentadoria / Pensão	<input type="checkbox"/> Pensão Alimentícia dos Filhos/ Auxílio Previdenciário	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> Seguro Desemprego	<input type="checkbox"/> Doação ou Ajuda de Terceiros	<input type="checkbox"/> Bolsa Família
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> Ação Jovem
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Renda Valores:

<input type="checkbox"/> Menos de 01 salário mínimo	<input type="checkbox"/> De 01 a 02 salários mínimos
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> De 03 a 04 salários mínimos	<input type="checkbox"/> Mais de 04 salários mínimos

HISTÓRICO FAMILIAR

1. Estado origem da família:

2. Pessoas que morava antes da situação de rua:

<input type="checkbox"/> Pai	<input type="checkbox"/> Mãe	<input type="checkbox"/> Filhos	<input type="checkbox"/> Amigos	<input type="checkbox"/> Parentes	<input type="checkbox"/> Companheiro (a)
<input type="checkbox"/> Outros (anotar)					

3. Tipo de moradia:

<input type="checkbox"/> Alvenaria	<input type="checkbox"/> Madeira	<input type="checkbox"/> Terra	<input type="checkbox"/> Outros (anotar) _____
------------------------------------	----------------------------------	--------------------------------	------------------------------------------------

a) Alvenaria, b) madeira c) mista d) outros ( anotar)

a) 4.

Numero de pessoas moravam com o entrevistado:

1 a 3 b) 3 a 6 c) 6 a 9 d) 9 a mais

5. Filhos:

S

N

6. Planejamento dos filhos:

a) sim b) não c) nem sempre

7. Quantos:

8. Há quanto tempo não vê os filhos/ familiares:

a) de 6 meses a um ano b) mais de um a dois anos c) mais de dois anos

9. Quais as principais dificuldades nas relações familiares:

10. Quais heranças, valores que recebeu da família de origem:

11. Quais os vínculos que mantém com sua família:

### III SITUAÇÃO LABORAL

1. Primeiro emprego:

2. Que mais gostou:

3. Dificuldades atuais:

4. De que forma enfrentamento tais dificuldades:

5. O que mais sente falta:

6. Usa de álcool ou drogas:

S

N

7. Tipo:

a) ~~Álcool~~ ..... b) cocaína

c) ~~crack~~

d) outros (anotar)

8. Tempo de uso:

a) Menos de 6 meses

b) mais de um ano

9. Enfrentamento da questão:

S

N

10. Internação com relação ao uso de drogas:

S

N

11. Local da internação:

12. Motivo que esta / esteve na rua:

13. Algum desejo, sonho:

14. Pesadelo:

#### IV PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. No bairro de onde vem como foi seu relacionamento com os vizinhos e como gostaria que fosse:

2. Com a família, parentes e amigos, fale do relacionamento:

3. Existe alguma relação com essas pessoas, fale:

4. Você pode contar com eles:

S

N

5. Eles podem contar com você:

S

N

6. Quando a vida foi melhor?

7. Serviços abaixo utilizados:

- |                   |          |                    |
|-------------------|----------|--------------------|
| a) CRAS           | b) CREAS | c) UBS             |
| d) pronto socorro | e) CAPS  | f) outros (anotar) |

8. Grau de satisfação desses serviços:

BOM

REGULAR

RUIM

#### V VINCULAÇÃO COM O SERVIÇO DE PROTEÇÃO ESPECIAL

1. Sente-se acolhido no serviço?

S

N

3. Se sim. Por que?

3. Se não. Como gostaria que fosse?

4. Considera que este serviço é?

BOM

RAZOÁVEL

RUIM

5. Por quê?

6. Qual a sua sugestão para melhorar o serviço?

## Anexo 4 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS TÉCNICOS DO EQUIPAMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL CREAS-POP - SÃO VICENTE

1. Profissão:

2. Cargo:

3. Há quanto tempo trabalha na área da Assistência?

4. Há quanto tempo trabalha no CREAS-POP?

5. Seu trabalho no equipamento precisa, permite e/ou possibilita ações intersetoriais?

Sim  Não

Quais?

6. O seu trabalho precisa, permite e/ou possibilita ações inter-profissionais?

Sim  Não

Quais as profissões?

7. Você tem autonomia para a execução de suas atividades profissionais?

Sim  Não

Exemplifique:

8. Você considera sua ação importante no trabalho que é desenvolvido no equipamento?

Sim  Não

Por quê?

9. A sua atuação profissional no equipamento lhe trouxe satisfações?

Sim  Não

Quais?

10. Quantas horas diárias de trabalho?

11. Tem algum problema com relação ao usuário que precisa ser sanado junto ao usuário deste serviço?

12. E com relação ao equipamento qual o maior problema a ser superado?

13. Os recursos institucionais atendem a demanda da população em situação de rua?

16| Na sua avaliação sobre os serviços oferecidos, qual o grau de satisfação dos usuários (de 01 a 10) com relação à própria política, aos recursos, etc. Justifique:

## Anexo 5 – Tabela de Perfil dos usuários

Flores	Idade	Característica	Motivo rua	Relações	Dificuldades	Enfrentamento	Valores	Pesadelo	Sonhos
Acácia	43	Paulistano/Argentino	Veio ao Brasil tentar a vida	Boa com família e comunidade	Oportunidade de emprego	Faz artesanato e junta o dinheiro para retornar à Argentina	Respeito	Perder os sete filhos e esposa que estão na Argentina	Voltar para casa na Argentina
Antúrio	47	Santista/ uma filha de 15 anos que não vive com ele	A família morreu em acidente rodoviário	Sem família tem bom relacionamento com os colegas	Colocação profissional devido a sua aparência	Faz "bico" e paga uma pensão para a filha		Acontecer algo ruim com ele e os companheiros de rua ( dorme embaixo das marquises)	Ter um cantinho dele
Begônia	36	Bahiana/3 filhos/1 institucionalizado/2 com avó	Denúncia ao conselho sobre a dependência dela pelas drogas	Família eles lá e eu cá/ Comunidade não	Faxina R\$50,00 quando faz/bolsa família R\$195,00	Aguarda vaga em comunidade terapêutica		As drogas/viver sem os filhos	Voltar a morar com a família
Cravo	38	Paraná/recém-chegado do Japão	Retornou do Japão devido à crise naquele país	Boa. Tem contato telefônico	Poucas oportunidades de trabalho apesar das suas certificações	Crença em Deus	Educação/ amor/vida/Deus/ fé	Acredita não ter	Não tem
Crisântemo	31	Paulistano/um filho com a ex-namorada	Cumpriu pena por furto/ desempregado/ atualmente dorme na praça	Visita uma irmã esporadicamente/mãe falecida	Colocação profissional	Distribuiu curriculum	Sempre correr atrás	Depender do equipamento	Ter a sua casa
Jasmim	56	Nasceu em São Caetano do Sul/divorciado/Itinerante/ uma filha casada	Dependente de álcool	Não se relaciona com família/Nem comunidade	Desempregado/Idade/problemas de saúde	Fazendo bicos R\$20,00 dia		Não apresenta	Ver filha/ conhecer neto
Lírio	21	Paraibano/solteiro/ pai de uma criança	Desavenças com a mãe por causa namorada	Conflituosa em família e comunidade	Fixar-se no emprego	Acredita que não pode desistir da vida	Lembra da mãe muito batalhadora	Não ver o crescimento do seu filho	Minha casa

Margarida	35	Santista/5 filhos/4 moram com pai/ 1 institucionalizada	Envolvimento com Drogas	Nem família/nem comunidade	Desempregada/bolsa família cortado	Não sabe		A questão da filha institucionalizada	Arrumar um emprego e ocupar a mente
Papoula	19	Não trabalha e não possui renda	Envolvimento com drogas	Conflituosa motivada pelas drogas	Envolvimento com as drogas	Quatro internações	O pai trabalhador	Morrer	Ser rico/minha família/ minha casa
Rosa	24	Bahiana/União estável/4 filhos	Fuga aos traficantes	Sem contato com a família	Sem emprego, dependem do equipamento		Não roubar	Não tem	Casa própria
Tulipa	30	Os pais perderam sua guarda na infância e foi criado em instituições e adoções	Após os 18 anos teve que sair da instituição	Conflituosa com amigos e comunidade	De relacionamento	Precisa de um Psicólogo		As humilhações que passou	Ter minha casa, minha família e um dia passar minha história para as pessoas que acham que tudo está perdido
Violeta	27	Pernambucano/duas internações	Morte do pai	Conflituosa	Livrar-se das drogas	Vende ervas medicinais e cuida de carros		Após a morte do pai não	Sair das drogas e ser cantor